

DESENVOLVIMENTO E DISPARIDADES SOCIOECONÔMICAS NO RIO GRANDE DO SUL*

*Prof. Dr. Dieter R. Siedenberg***

Resumo

O presente estudo apresenta e analisa as principais diferenças socioeconômicas existentes no Rio Grande do Sul, tomando por base a regionalização instituída através dos COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento).

As regiões relativas aos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul são comparadas entre si tomando por base alguns indicadores socioeconômicos conhecidos, a saber: densidade populacional, produto interno bruto regional, evolução do produto interno bruto, renda per capita, leitos hospitalares, taxas de mortalidade infantil, coeficientes de alfabetização, índices de escolarização e pobreza.

A partir da determinação de índices-padrão para cada indicador analisado, foi possível estabelecer o grau de desenvolvimento de cada região, cujos dados são representados graficamente, e constatar em que áreas se concentram as principais disparidades socioeconômicas dos COREDEs no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Disparidades socioeconômicas, Desenvolvimento regional, Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Rio Grande do Sul.

Abstract

In this paper the main socioeconomical differences found in Rio Grande do Sul are presented and analysed, taking as basis the regionalization of COREDEs (Conselhos Regionais de

* Este texto é tradução de uma parte da tese de doutorado sobre "*Disparidades Socioeconômicas e Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul – Uma análise sobre o espaço de ação, resultados e perspectivas de estratégias endógenas de desenvolvimento regional no sul do Brasil*", concluído em fevereiro de 2000 junto à Universidade de Tübingen / Alemanha.

** O autor, formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela UNIJUÍ, com mestrado em Planejamento Regional pela Universidade de Karlsruhe / Alemanha e doutorado sobre Desenvolvimento Regional pela Universidade de Tübingen / Alemanha, é professor no DEAd - Departamento de Estudos da Administração da UNIJUÍ desde 1990.

Desenvolvimento).

After a brief introduction on basic definitions related to developmental indexes, six distinct indexes are used as reference to analysis, namely: income per capita, number of hospital beds, infant mortality rate, literacy, educational attainment, and poverty or misery.

This paper offers an evaluation on the basis of the interrelation of the mentioned indexes, showing graphically the spacial distribution of different levels of regional development in Rio Grande do Sul. It further points out the main socioeconomical shortcomings of each region related to the average level in the State.

Keywords: Socioeconomical differences, Regional development, Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Rio Grande do Sul.

1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Num sentido genérico, *disparidade* significa uma desigualdade, um distanciamento de determinado parâmetro preestabelecido, normalmente explicitado através de indicadores mensuráveis. Assim, o termo *disparidades socioeconômicas* representa um conjunto de indicadores da realidade social e econômica de uma ou mais áreas específicas em relação a um determinado parâmetro.

Indicadores socioeconômicos, que nada mais são do que instrumentos utilizados para explicitar disparidades, há muitas décadas ocupam uma posição de destaque nas discussões e políticas de desenvolvimento. Podemos observar que indicadores socioeconômicos são utilizados, entre outros motivos, para comprovar ou para contestar o êxito de uma estratégia ou de uma política de desenvolvimento, para fazer comparações entre municípios, regiões, estados ou países, ou ainda, para comprovar determinados déficits ou diferenças regionais em setores específicos.

Ainda durante a década de 70, o PIB (Produto Interno Bruto) era considerado e utilizado como um dos principais indicadores socioeconômicos de desenvolvimento. No entanto, quando em várias partes do mundo foi constatado que um PIB ou uma RPC (renda per capita) elevados não eram nenhuma garantia automática de desenvolvimento social, e que avanços sociais também ocorriam em sociedades com baixa renda, estes indicadores passaram a ser cada vez mais relativizados como indicadores privilegiados de mensuração do desenvolvimento.

Além disso, alguns estudos científicos demonstraram que tanto o cálculo do PIB quanto a utilização da RPC como indicador de desenvolvimento, apresentam uma série de problemas implícitos, relacionados à forma de interpretação dos dados. Estes estudos provocaram, especialmente na década de 70 e também durante parte da década de 80, uma infinidade de discussões, pesquisas, concepções e estudos metodológicos sobre o tema

*indicadores de desenvolvimento*¹.

Em 1990, com a publicação do *Human Development Report* pela ONU, a discussão sobre indicadores de desenvolvimento econômico e social foi retomada com muito vigor na mídia e também nos meios científicos e políticos. Sobretudo o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pela ONU no documento citado, encontrou grande ressonância em muitos círculos, ao mesmo tempo em que evocou grande resistência em outros².

Porém, o fato do IDH haver incorporado, além de aspectos meramente econômicos também alguns componentes sociais³, contribuiu para que este indicador passasse a ser aceito por grande parte das instituições internacionais de fomento, ajuda e cooperação técnica e financeira como um indicador perfeitamente rematado de desenvolvimento. Na década de 90 a metodologia do cálculo do IDH foi sendo aperfeiçoada e diversos países desenvolveram e publicaram estudos baseados no modelo proposto pela ONU, estabelecendo um *ranking* interno para cidades, distritos, províncias ou estados⁴.

Mas, indicadores são e sempre serão somente uma quantificação de determinados aspectos de uma realidade complexa, tornados mensuráveis para permitir uma análise quantitativa ou para complementar outras formas de análise. Além disso, é necessário considerar que, freqüentemente, indicadores não são considerados essencialmente como um dado estatístico de representação: muitas vezes eles são utilizados para ressaltar um aspecto de algo que eles próprios não são, ou o são apenas parcialmente⁵. Em todos os casos, parece ser aconselhável considerar que indicadores são apenas instrumentos auxiliares de análise, que ajudam na interpretação parcial de realidades complexas (McGRANAHAN 1974).

Nas últimas décadas, especialmente no mundo das pesquisas acadêmicas e junto a instituições não-governamentais, foram sendo criados e divulgados diferentes indicadores para retratar aspectos específicos desta realidade complexa, existindo atualmente mais de 150 diferentes indicadores de desenvolvimento catalogados e utilizados para os mais diversos fins. Indicadores são utilizados, por exemplo, para proporcionar informações para um projeto, propiciar a avaliação de diagnósticos ou comparar diferentes espaços geográficos. Também são empregados como base para decisões políticas, para propor

¹ Sobre estas questões ver BASTER 1972; LEIPERT / SIMONIS 1982; McGRANAHAN 1974; McGRANAHAN ET ALII 1982; SEIRS 1974 e UNITED NATIONS 1989, entre outros.

² Ver KAUL 1996 e KLINGEBIEL 1992.

³ No IDH três indicadores específicos foram fundidos num único número: expectativa média de vida, alfabetização e renda per capita. Para maiores detalhes sobre o tema ver UNITED NATIONS 1990-1999.

⁴ No Brasil, o chamado "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano" é publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 1996.

⁵ A febre de uma pessoa registrada num termômetro, por exemplo, é um indicador do estado de saúde dessa pessoa, mas não é a doença em si. O valor registrado pelo termômetro apenas representa a intensidade da doença em determinado momento.

estratégias e para avaliar objetivos ou resultados. Como se percebe, indicadores de desenvolvimento não têm apenas uma função informativa; eles também podem assumir uma função avaliadora, normativa, comparativa ou decisória.

Assim, o presente estudo realiza uma análise comparativa de 22 regiões do Estado do Rio Grande do Sul, tomando por base seis diferentes indicadores de desenvolvimento socioeconômico, analisados separadamente e também conjuntamente, isto é, de forma interrelacionada, justamente para evitar uma análise de cunho predominantemente econômico ou social. Cabe mencionar que o estudo toma como referência territorial a regionalização proposta e instituída pelos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento).

Evidentemente a escolha dos indicadores empregados nesta análise se relaciona com a disponibilidade de dados recentes, confiáveis e representativos, de tal forma que seja permitida uma abordagem homogênea, referindo-se aos mesmos aspectos em todas as regiões do Estado.

A seguir, os seis indicadores de desenvolvimento abordados nesta análise serão apresentados e comentados de modo sucinto e ilustrados graficamente. Para efeitos de análise e representação gráfica, cada indicador será desdobrado em quatro classes, de modo a permitir inferências sobre os diferentes fenômenos e uma melhor visualização da concentração ou distribuição espacial das disparidades socioeconômicas no Rio Grande do Sul. É claro que no contexto deste estudo não há possibilidade de analisar detalhes específicos da situação ou do desempenho de cada região⁶, uma vez que estes dados precisariam ser analisados e entendidos em seu contexto histórico e socioeconômico. Além disso, cada região, certamente, apresentaria aspectos diferenciados e exclusivos a serem considerados.

2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SELECIONADOS

2.1 Densidade populacional

A densidade populacional, um dado que geralmente aparece com destaque na maior parte das listas sobre indicadores de desenvolvimento socioeconômico, em si, é um indicador 'estéril': só indica quantas pessoas estão em determinada área num determinado momento, sem se ater às razões e aos fatos que motivaram essa distribuição. Como não é objetivo deste trabalho fazer uma análise demográfica temporal, ou seja, fazer um estudo sobre a dinâmica populacional gaúcha, serão abordados apenas os últimos

⁶ Caso o texto se refira a aspectos específicos de uma ou mais regiões, será utilizada a denominação oficial que cada região recebeu com a instituição dos COREDES. Todas as figuras do texto apresentam esta divisão territorial.

dados estatísticos atualmente disponíveis sobre a população gaúcha, que servirão como base e referência aos demais indicadores de desenvolvimento socioeconômico propriamente ditos.

Observando a distribuição da população gaúcha nas diversas regiões do Estado em 1996 (ver Figura 1), percebe-se, nitidamente, que na chamada *campanha gaúcha* (regiões Campanha, Fronteira Oeste, Missões e Central) e na porção nordeste *do planalto riograndense* (regiões Nordeste e Hortênsias) a densidade populacional é relativamente baixa (menos de 20 habitantes / km) em relação à média gaúcha.

Uma explicação genérica para esta distribuição se dá a partir do fato que nos primórdios da colonização encetada pelos europeus a partir de 1800 aproximadamente (ver BERNARDES 1962), estes espaços foram ocupados, mediante doação de sesmarias pela coroa portuguesa, por alguns poucos imigrantes portugueses e as principais atividades econômicas estavam relacionadas, na campanha, com a produção de charque (pecuária extensiva) e, no planalto, com a extração de madeira (araucária). Com o passar do tempo a importância destas atividades econômicas foi diminuindo, não sendo substituídas por outras de maior significado⁷.

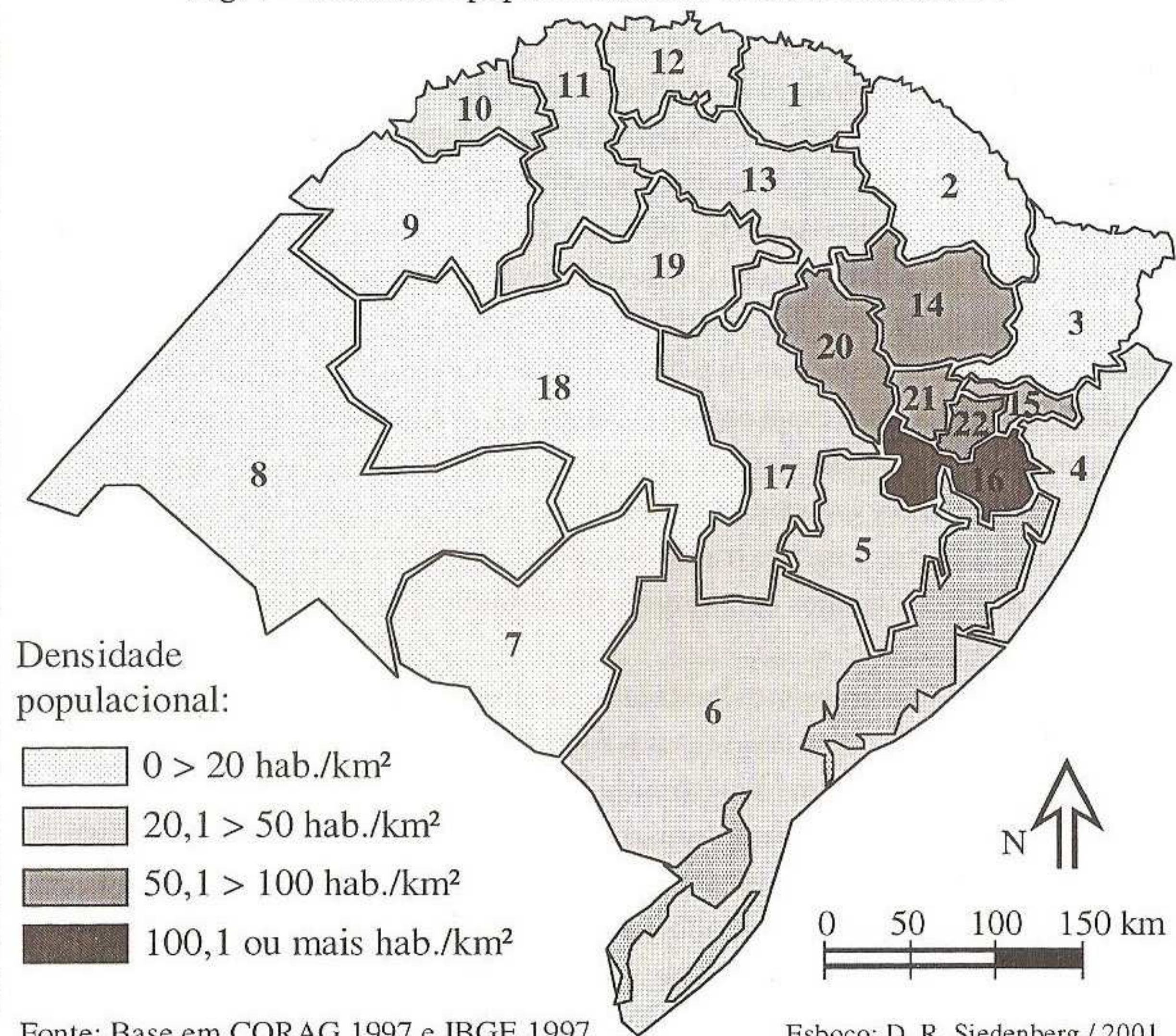
Uma densidade populacional notadamente alta é verificada nas regiões Metropolitana e no Vale do Sinos: a densidade populacional em ambas supera em muito a média estadual de 35 habitantes / km , registrando-se ali mais de 400 e 800 habitantes / km , respectivamente. Esta concentração espacial da população se torna evidente quando se considera que no ano de 1996 praticamente um terço (ou 33,11%) da população gaúcha estava radicada num espaço correspondente a apenas 2,17% do território. Uma explicação para o fenômeno da alta concentração populacional nestas regiões certamente precisaria abordar diversas questões de ordem histórica, geográfica, econômica, política e administrativa, o que não será feito no contexto deste estudo.

Ao noroeste desta aglomeração encontramos mais algumas regiões que apresentam uma densidade populacional superior a média estadual (regiões Serra, Vale do Caí, Vale do Paranhana e Vale do Taquari): são as chamadas *colônias velhas*, que se estabeleceram a partir de 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e, a partir de 1875, com a chegada mais intensa de imigrantes italianos.

Regiões com uma densidade populacional média (entre 20 e 50 habitantes / km), ou seja, com uma densidade comparável à média estadual (35 hab./km), se espraiam ao longo de uma faixa central que atravessa o Estado de norte a sul e se estende pelo litoral, como pode ser visualizado na Figura 1.

⁷ Duas exceções mais recentes são dadas pelos municípios de Nova Petrópolis, Gramado e Canela, no extremo sudoeste da região Hortênsias, que se especializaram na exploração do turismo, bem como de alguns municípios da região Nordeste (entorno de Vacaria), que se especializaram na produção de flores e frutas para exportação.

Fig. 1 – Densidade populacional nos COREDEs em 1996



Fonte: Base em CORAG 1997 e IBGE 1997

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Densidade populacional nas regiões em 1996:

1- Norte 36,96 hab./km ²	7- Campanha 11,42 hab./km ²	13- Produção 36,55 hab./km ²	19- Alto Jacuí 21,37 hab./km ²
2- Nordeste 15,47 hab./km ²	8- Fronteira Oeste 11,72 hab./km ²	14- Serra 83,88 hab./km ²	20- Vale Taquari 52,83 hab./km ²
3- Hortênsias 11,72 hab./km ²	9- Missões 19,25 hab./km ²	15- V. Paranhana 90,91 hab./km ²	21- Vale do Caí 74,98 hab./km ²
4- Litoral 30,53 hab./km ²	10- Front Noroeste 45,95 hab./km ²	16- Metropolitana 438,6 hab./km ²	22- Vale do Sinos 804,5 hab./km ²
5- Centro Sul 22,18 hab./km ²	11- Nor. Colonial 31,71 hab./km ²	17- Vale Rio Pardo 27,67 hab./km ²	-Rio Grande do Sul 34,98 hab./km ²
6- Sul 21,83 hab./km ²	12- Méd A Uruguai 35,98 hab./km ²	18- Central 19,67 hab./km ²	-Brasil 18,93 hab./km ²

Em suma, podemos observar que a distribuição espacial da população gaúcha é extremamente heterogênea, variando entre pequenas regiões densamente povoadas, como, por exemplo, o Vale do Sinos com mais de 800 habitantes / km², até extensas áreas praticamente vazias, com apenas 11,4 habitantes/km² (Campanha).

2.2 Produto Interno Bruto regional

Com muita frequência o PIB é utilizado como um indicador geral de desenvolvimento, apesar dele retratar essencialmente o aspecto econômico de determinado território ou região. Como o conceito de desenvolvimento aos poucos foi incorporando aspectos relacionados à qualidade de vida e esta não se constitui exclusivamente pela dimensão econômica, o PIB perdeu espaço como indicador exclusivo de desenvolvimento, embora ainda seja um dos indicadores mais conhecidos e utilizados.

Uma possibilidade de utilizar o PIB como indicador de desenvolvimento é através de sua dimensão estática, isto é, fazendo uma análise dos valores absolutos ou dos percentuais relativos à participação do PIB de regiões no PIB total. Esta dimensão é expressa, por exemplo, quando se elabora uma lista sobre o total do produto interno bruto produzido em cada região num determinado período, seja em valores relativos ou absolutos, como pode ser visto na Tabela 1, onde são apresentados ainda outros dados diretamente relacionáveis com este indicador econômico e que fornecem uma razoável base de análise.

Os dados da Tabela 1 demonstram que as regiões Serra, Metropolitana e Vale do Sinos, juntas, foram responsáveis pela formação de 54,33% do PIB gaúcho em 1996. Em função desta concentração, a importância econômica das demais 19 regiões do Estado é relativamente insignificante, variando entre 0,6 e 5,4% do PIB estadual.

Considerando que as 22 regiões do Estado apresentam entre si uma grande diversidade em relação à área e à densidade populacional⁸, cabe fazer uma rápida análise sobre a relação PIB / km². Este quociente, embora incomum, retrata o valor da produção bruta por unidade de área (km²) nas diferentes regiões e evidencia a existência de estruturas produtivas extremamente diferenciadas.

Neste contexto, o PIB da região Metropolitana (US \$ 2.647.415,00/km²) e do Vale do Sinos (US\$ 6.001.550,00/km²) extrapola em muito a média gaúcha (US\$ 187.772,00/km²), e constitui uma correlação direta com estruturas econômicas e demográficas. Ao norte deste epicentro econômico, as regiões Serra, Vale do Paranhana, Vale do Taquari e Vale do Caí, também apresentam uma relação que, apesar de ser muito

⁸ Por exemplo: a região Fronteira Oeste é uma área 32 vezes maior que a região Vale do Sinos, enquanto que esta apresenta uma densidade populacional cerca de 70 vezes maior que as regiões Campanha e Fronteira Oeste.

inferior ao PIB/km das duas regiões anteriormente mencionadas, é consideravelmente superior a média gaúcha e a todas as demais regiões do Estado. Este fenômeno se explica basicamente em função da alta concentração industrial nestas regiões⁹.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do RS em 1996

REGIÃO	PIB		POPULAÇÃO		RPC	ÁREA		PIB / km
	x1.000 US \$	em %	Absoluta	em %	em US \$	km	em %	em US \$
Norte	876.981	1,73	207.095	2,15	4.234,68	5.603,2	2,08	156.514
Nordeste	536.220	1,06	173.936	1,80	3.082,86	11.237,3	4,16	47.717
Hortênsias	523.063	1,03	116.494	1,21	4.490,05	9.934,6	3,68	52.650
Litoral	695.003	1,37	246.848	2,56	2.815,51	8.083,7	3,00	85.975
Centro Sul	799.976	1,58	216.807	2,25	3.698,81	9.773,7	3,62	81.849
Sul	2.765.353	5,46	788.886	8,18	3.505,39	36.126,2	13,40	76.547
Campanha	797.926	1,57	208.416	2,16	3.828,53	18.249,3	6,77	43.723
Fronteira Oeste	1.875.892	3,71	529.997	5,50	3.539,44	45.195,2	16,77	41.506
Missões	717.005	1,41	272.857	2,83	2.627,77	14.169,9	5,26	50.600
Fronteira Noroeste	751.407	1,48	210.165	2,18	3.575,32	4.574,5	1,70	164.260
Noroeste Colonial	1.141.616	2,25	314.326	3,26	3.631,95	9.912,3	3,68	115.171
Médio Alto Uruguai	336.506	0,66	190.555	1,98	1.765,93	5.294,7	1,96	63.555
Produção	2.206.193	4,36	460.661	4,78	4.789,19	12.602,7	4,67	175.057
Serra	6.650.782	13,14	684.864	7,11	9.711,10	8.164,7	3,03	814.577
Vale do Paranhana	1.232.545	2,43	170.323	1,77	7.236,52	1.873,4	0,69	657.918
Metropolitana	12.573.369	24,85	2.083.215	21,61	6.035,56	4.749,3	1,76	2.647.415
Vale do Rio Pardo	2.144.820	4,23	397.061	4,12	5.401,74	14.349,4	5,32	149.471
Central	1.867.130	3,69	621.693	6,45	3.003,30	31.605,7	11,73	59.075
Alto Jacuí	1.042.948	2,06	192.306	1,99	5.423,38	8.995,8	3,33	115.937
Vale do Taquari	1.964.008	3,88	304.436	3,16	6.451,30	5.761,9	2,14	340.861
Vale do Caí	834.482	1,64	138.351	1,43	6.031,63	1.845,1	0,68	452.269
Vale do Sinos	8.268.339	16,34	1.108.410	11,50	7.459,64	1.377,7	0,51	6.001.550
RIO GRANDE SUL	50.606.788	100	9.637.702	100	5.250,91	269.480*	100	187.772

Fonte: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1997; IBGE 1997; CORAG 1997

* = A área ocupada pelas Lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira não está incluída.

Esta relação (PIB/km) expressa na Tabela 1 fornece ainda alguns dados para outra dedução interessante: aquelas regiões que baseiam a sua economia em atividades agropecuárias intensivas (soja, trigo, milho, mandioca, tabaco, suínos ou leite) conseguem apresentar uma relação PIB/km que, via de regra, é superior a US\$ 100.000,00 enquanto que as regiões caracterizadas pela agropecuária extensiva (gado e arroz) produzem consideravelmente menos.

Outra possibilidade de utilizar o PIB como indicador de desenvolvimento consiste em analisar a sua dinâmica, ou seja, analisar as taxas de crescimento do PIB verificadas nas diferentes regiões num determinado período (ver Figura 2). Esta variante retrata com

⁹ Basta lembrar de alguns setores industriais concentrados nestas regiões: calçados e vestuário no Vale do Sinos, complexo petroquímico em Triunfo e Canoas e ramos metal-mecânico e alimentício no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul.

nitidez o resultado dos diferentes processos de reestruturação econômico-espaciais ocorridos, isto é, demonstra quais regiões estão conseguindo assimilar e incorporar novos processos produtivos e aquelas regiões que se encontram numa fase de estagnação econômica.

A Figura 2 demonstra graficamente a situação verificada no ano de 1996: quatro regiões do Estado (Hortênsias, Sul, Fronteira Oeste e Missões) apresentaram um índice negativo de crescimento do PIB, ou seja, um decréscimo da produção regional bruta. As características básicas comuns dessas quatro regiões são a sua posição geográfica periférica e a baixa densidade populacional. Mas, nem todas as regiões periféricas com baixa densidade populacional apresentaram tal desempenho em 1996 (compare o desempenho das regiões Campanha e Nordeste, por exemplo).

Curiosamente boa parte das áreas que fazem divisa com o Uruguai e a Argentina, são regiões que em 1996 apresentaram taxas negativas ou relativamente baixas de evolução do PIB, indicando, embora de forma precária, que o MERCOSUL não tem sido um grande indutor do desenvolvimento regional.

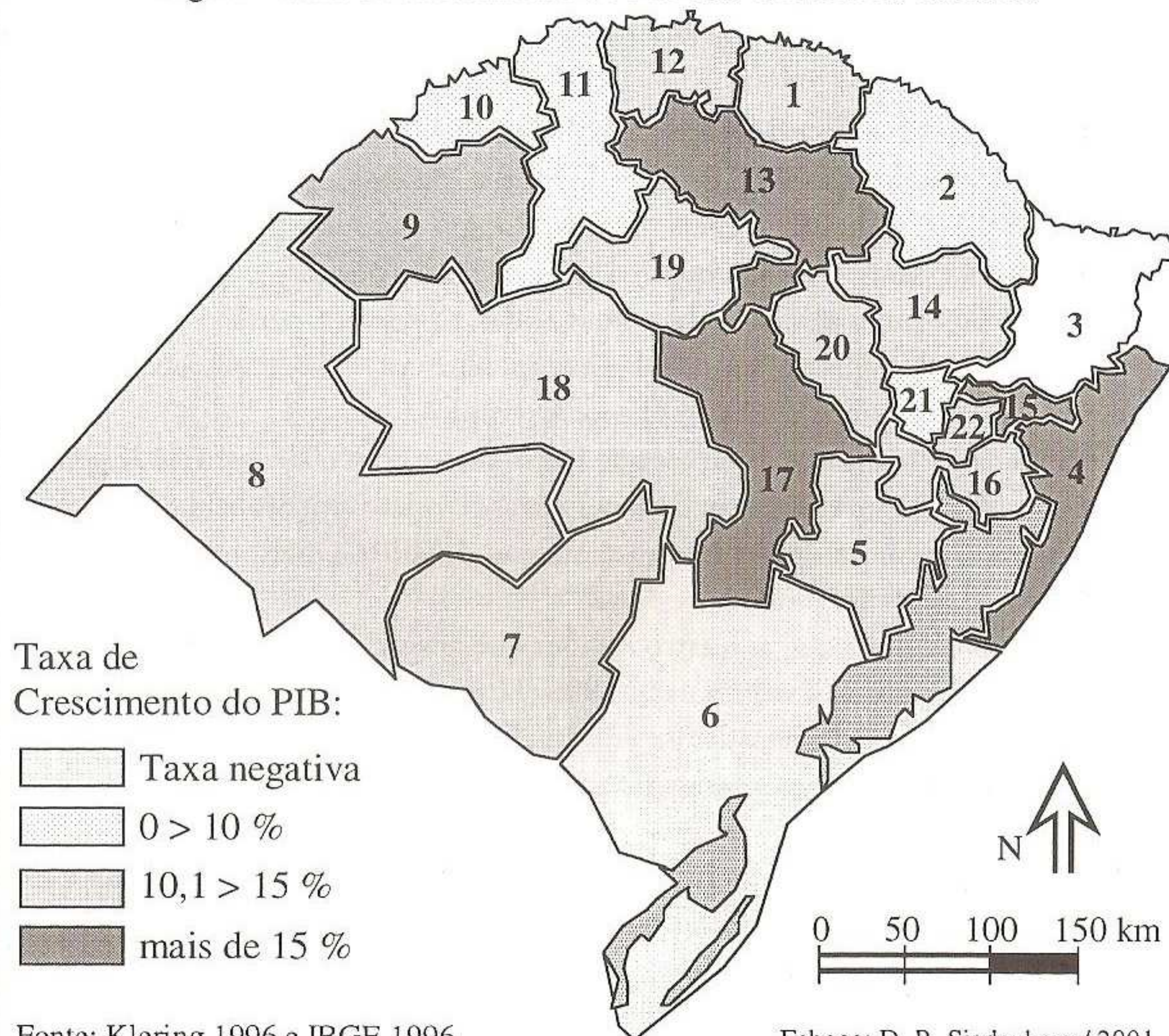
Cabe ressaltar ainda que as quatro regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento do PIB - entre 17 e 27% - em 1996 (Litoral, Produção, Vale do Paranhana e Vale do Rio Pardo), estão localizadas fora do atual centro industrial gaúcho. No mesmo período, as demais regiões apresentaram taxas de crescimento do PIB que variaram entre 3,8 e 13,4%.

Contudo, estes dados podem induzir uma falsa impressão: a de que esteja ocorrendo um processo de desconcentração econômico-industrial no Estado. Apesar das regiões economicamente mais importantes (Metropolitana, Vale do Sinos e Serra) apresentarem uma taxa de crescimento do PIB bem inferior à taxa de crescimento do PIB de regiões de menor importância econômica (Vale do Rio Pardo, Produção e Litoral), a diferença absoluta entre o PIB destas regiões, vai, num primeiro momento, inclusive aumentar, mesmo que as taxas se mantenham constantes durante vários anos! Ou seja, uma desconcentração econômica só se tornará realidade quando as regiões economicamente mais fracas apresentarem continuamente e por vários anos (décadas), taxas de crescimento do PIB consideravelmente maiores do que aquelas apresentadas pelas regiões economicamente mais fortes.

Um exemplo simples auxilia no esclarecimento desta hipótese. Tomemos como referência duas regiões A e B com diferentes participações no PIB total: 24% e 4%, respectivamente¹⁰. Consideremos ainda que a região B, de menor importância econômica, consiga apresentar taxas de crescimento do PIB continuamente superiores às taxas de crescimento do PIB da região A, de maior importância econômica, ou seja, 25% e 10% ao ano, respectivamente.

¹⁰ O exemplo é hipotético, mas toma a realidade como referência: os dados do valor do PIB, da participação no PIB total e da taxa de crescimento do PIB apresentados pelas regiões Metropolitana e Vale do Rio Pardo em 1996 (ver Tabela 1) foram arredondados e tomados como base para a montagem do exemplo.

Fig. 2 – Taxa de crescimento do PIB nos COREDEs em 1996



Fonte: Klering 1996 e IBGE 1996

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Taxa de crescimento do PIB em 1996:

1- Norte 11,29 %	7- Campanha 10,37 %	13- Produção 17,18 %	19- Alto Jacuí 12,78 %
2- Nordeste 4,50 %	8- Fronteira Oeste - 1,65 %	14- Serra 12,75 %	20- Vale Taquari 11,03 %
3- Hortênsias - 0,15 %	9- Missões - 5,46 %	15- V. Paranhana 27,03 %	21- Vale do Caí 8,71 %
4- Litoral 22,27 %	10- Front Noroeste 3,81 %	16- Metropolitana 13,46 %	22- Vale do Sinos 12,14 %
5- Centro Sul 11,08 %	11- Nor. Colonial 7,12 %	17- Vale Rio Pardo 23,14 %	-Rio Grande do Sul 1,56 %
6- Sul - 2,94 %	12- Méd A Uruguai 10,03 %	18- Central 12,06 %	-Brasil 2,98 %

Com base no exemplo hipotético podemos constatar que um equilíbrio na importância econômica das regiões A e B somente vai ocorrer após aproximadamente 14 anos (ou décadas) e desde que as extraordinárias taxas anuais de crescimento do PIB (de 10 e 25%) destas duas regiões se mantenham (ver Tabela 2). A importância econômica e as taxas de crescimento do PIB das demais regiões têm apenas um efeito relativo sobre a importância das regiões A e B no contexto geral em qualquer período.

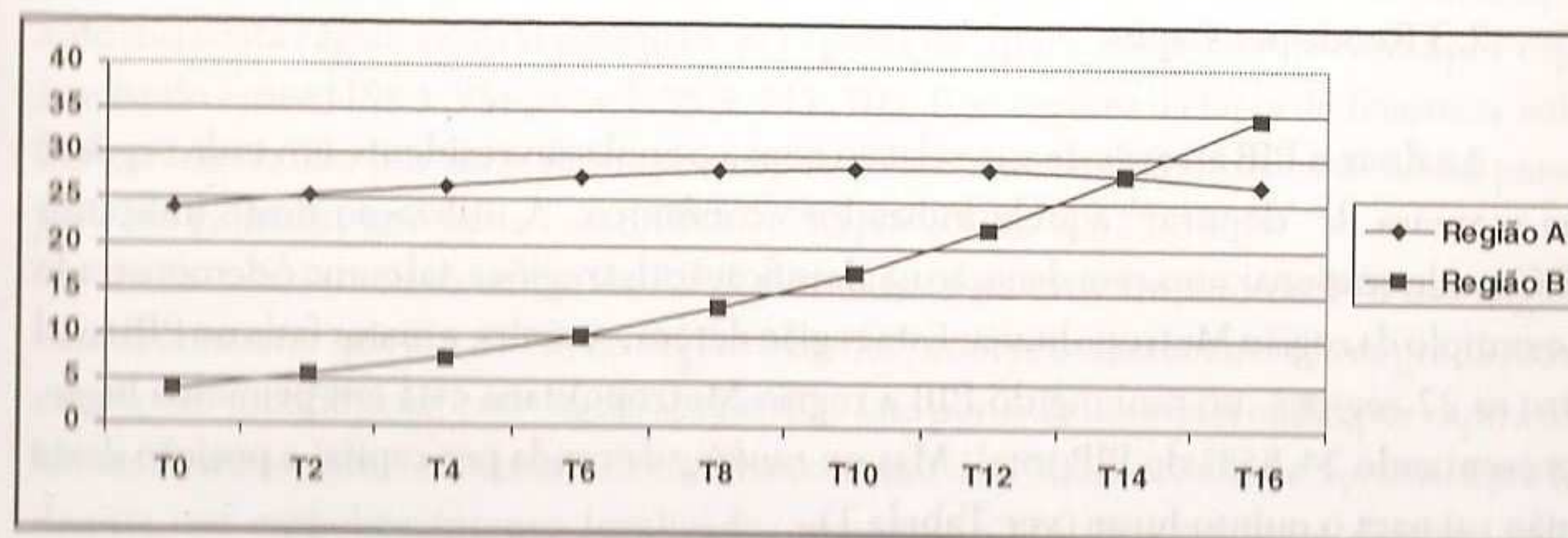
Além disso, o exemplo hipotético demonstra que uma acentuada taxa de crescimento do PIB em determinadas regiões equivale a uma acentuada relativização da importância econômica das demais regiões: no início do período (T_0) as regiões A e B representavam, juntas, 28% do PIB total (ver Quadro 1). No ponto de equilíbrio (T_{14}), a sua importância no contexto geral duplicou, ou seja, as demais regiões perderam no mesmo período nada menos do que 28 pontos percentuais de participação no PIB total.

Tabela 2: Exemplo hipotético sobre o crescimento econômico de duas regiões A e B a taxas constantes

Regiões	PIB T_0	Participação no PIB	Taxa de crescimento anual	PIB T_1	Participação no PIB em T_1	...	PIB T_{14}	Participação no PIB em T_{14}
Região A	12.000	24%	10%	13.200	24,67%	...	45.566	28,07%
Região B	2.000	4%	25%	2.500	4,67%	...	45.457	28,01%
Demais regiões	36.000	72%	5%	37.800	70,65%	...	71.278	43,92%
Total	50.000	100%	-	53.500	100,00%	...	162.301	100,00%
Diferença (A - B)	10.000	20%	-	10.700	20,00%	...	109	0,06%

Fonte: dados baseados na Tabela 1 (arredondados)

Quadro 1: Representação gráfica do exemplo hipotético sobre a evolução da participação de duas regiões A e B no PIB total



Fonte: dados da Tabela 2

Cabe lembrar, porém, que o desenvolvimento econômico nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul se comporta de maneira distinta do exemplo aqui apresentado. Em primeiro lugar, na realidade as taxas de crescimento do PIB regional não são constantes, isto é, variam a cada ano. Também é uma utopia imaginar que tais taxas de crescimento anual do PIB numa determinada região (25%) se mantenham por longos períodos. Além disso, para se fazer uma análise mais próxima da realidade, seria necessário tomar como referência não apenas um, mas sim uma série de anos.

Todavia, como o exemplo apenas pressupõe uma situação fictícia e considerando que a realidade tende a ser ainda mais dramática do que esta situação hipotética, podemos deduzir que o Rio Grande do Sul está diante de um enorme processo de concentração econômica no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e, num curto prazo, não se vislumbra nenhuma tendência concreta de equalização econômica regional, ou seja, as disparidades econômicas hoje existentes no Estado só tendem a aumentar. Isto não significa necessariamente um retrocesso no processo de desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas ou menos desenvolvidas: estas regiões poderão, inclusive, apresentar desempenhos positivos em alguns indicadores, mas sua importância relativa no contexto estadual irá diminuir.

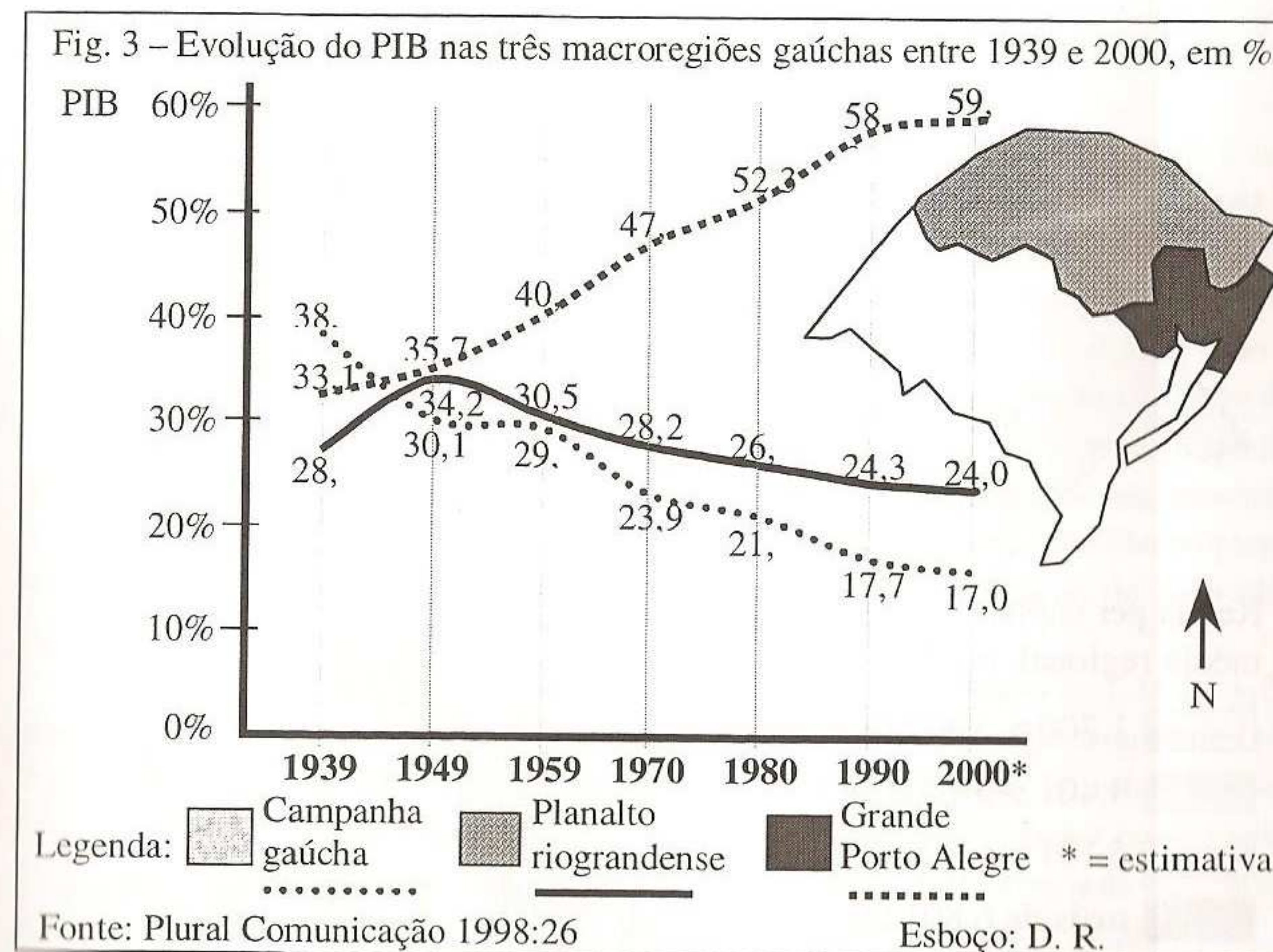
Esta tendência de concentração econômica se evidencia nitidamente quando se analisa a evolução do PIB das três grandes macrorregiões do Estado (Planalto Riograndense, Campanha Gaúcha e Grande Porto Alegre) nas últimas décadas (ver Figura 3) à luz dos grandes investimentos públicos e privados que vêm sendo realizados nos últimos anos, principalmente no entorno do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Entre estes cabe citar a ampliação do Pólo Petroquímico, a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, a instalação da GM e da Navistar, a ampliação do Aeroporto Salgado Filho, a ampliação do Trensurb, as novas unidades produtivas da Dell Computadores, da Pirelli, da Goodyear e do Grupo Gerdau, o terminal do gasoduto Bolívia-Brasil e investimentos em infraestrutura viária, entre outros.

2.3 Renda per Capita

Analisar o PIB através de sua relação com a população residente em cada região é uma maneira de 'depurar' aquele indicador econômico. A utilização deste indicador (RPC) pode ocasionar uma reordenação na classificação das regiões, tal como é demonstrado no exemplo da região Metropolitana. Esta região detém, sozinha, a maior fatia no PIB total entre as 22 regiões: no ranking do PIB a região Metropolitana está em primeiro lugar, representando 24,85% do PIB total. Mas no *ranking* da renda per capita, a posição desta região cai para o quinto lugar (ver Tabela 1).

Como pode ser observado na Figura 4, há algumas regiões no Rio Grande do Sul onde a renda per capita é quase o dobro da média nacional (regiões Serra, Vale do

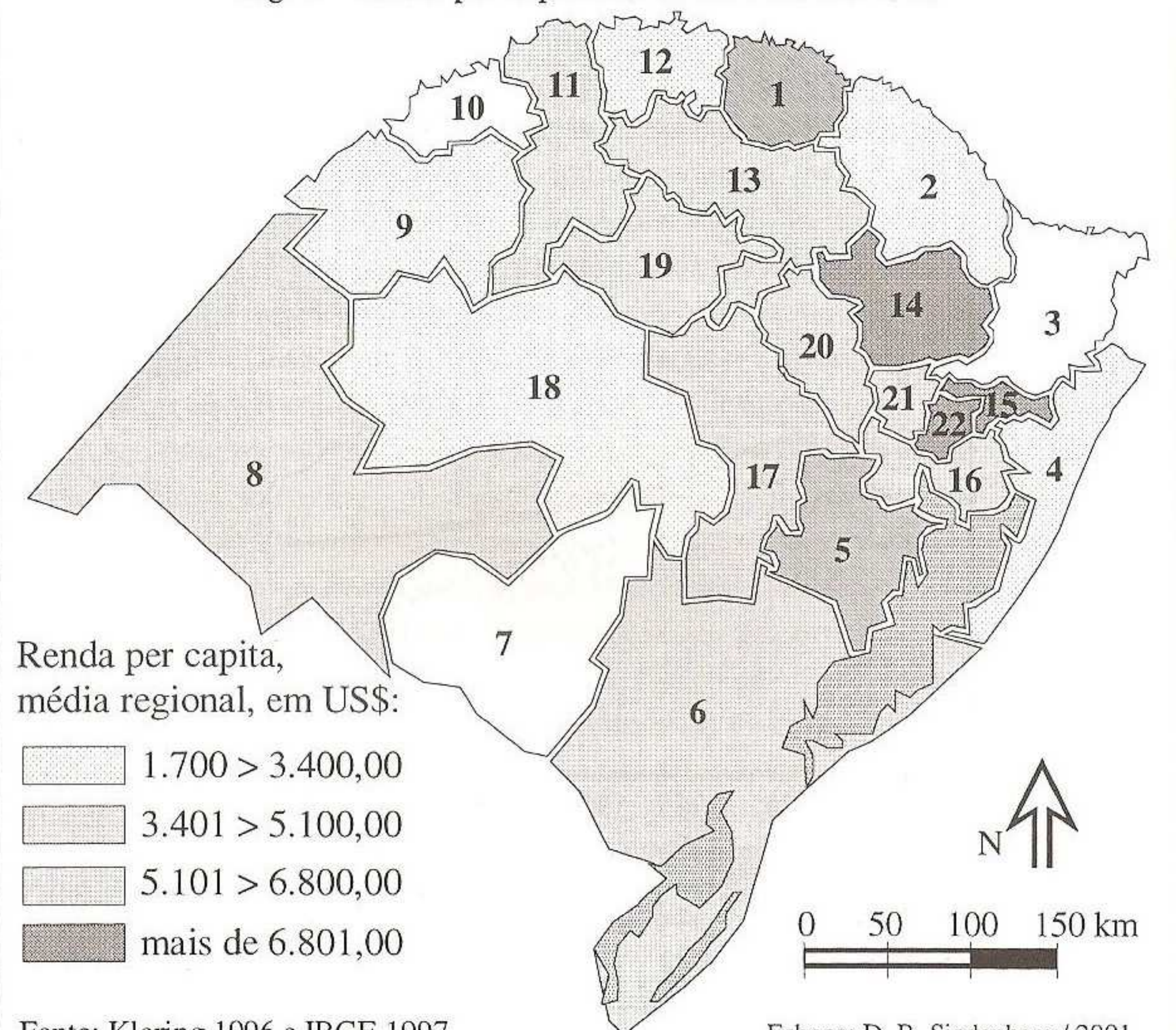
Paranhana e Vale do Sinos), mas também há regiões que mal apenas atingem 60% da média nacional de renda per capita (regiões Médio Alto Uruguai, Litoral e Missões).



A classificação das regiões dos COREDES pela renda per capita apresenta três diferentes estruturas de distribuição espacial: há uma área central, na qual residem mais de 50% dos gaúchos, que apresenta, de um modo em geral, uma alta renda per capita (acima de US\$ 5.100,00 / ano), sobretudo se considerarmos o padrão brasileiro. No entorno desta região central alternam-se regiões de diferentes níveis de renda per capita (variando entre US\$ 1.756,93 e US\$ 9.711,10). E as regiões da faixa de fronteira sulina são caracterizadas por uma renda per capita relativamente homogênea e média para os padrões gaúchos, que varia entre US\$ 3.505,39 e US\$ 3.823,53.

Se cruzarmos os dados da RPC com a taxa de crescimento do PIB das regiões, vamos constatar que em 1996, na região Missões, ocorreu uma acentuada degradação das condições econômicas: esta região apresentava no período uma das rendas per capita mais baixas entre as demais e ainda sofreu uma retração do PIB na ordem de 5,46%. Este fato denota um empobrecimento localizado, mas tendo em vista tratar-se de uma região predominantemente agropecuária, pode estar relacionado com frustrações de safra ou outros fatores ocasionais. Todavia, se esta for uma tendência crônica, significa um sério

Fig. 4 – Renda per capita nos COREDEs em 1996



Fonte: Klering 1996 e IBGE 1997

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Renda per capita em US\$, em 1996:

1- Norte 4.234,68	7- Campanha 3.823,53	13- Produção 4.789,19	19- Alto Jacuí 5.423,38
2- Nordeste 3.082,86	8- Fronteira Oeste 3.539,44	14- Serra 9.711,10	20- Vale Taquari 6.451,30
3- Hortênsias 4.490,05	9- Missões 2.627,77	15- V. Paranhana 7.236,52	21- Vale do Caí 6.031,63
4- Litoral 2.815,51	10- Front Noroeste 3.575,32	16- Metropolitana 6.035,56	22- Vale do Sinos 7.459,64
5- Centro Sul 3.698,81	11- Nor. Colonial 3.631,95	17- Vale Rio Pardo 5.401,74	-Rio Grande do Sul 5.666,00
6- Sul 3.505,39	12- Méd A Uruguai 1.765,93	18- Central 3.003,30	-Brasil 4.743,00

problema de empobrecimento regional. Cabe lembrar que no contexto deste estudo a dimensão temporal de tal hipótese não é analisada. As outras quatro regiões com baixa RPC conseguiram apresentar, em 1996, um crescimento econômico médio ou alto.

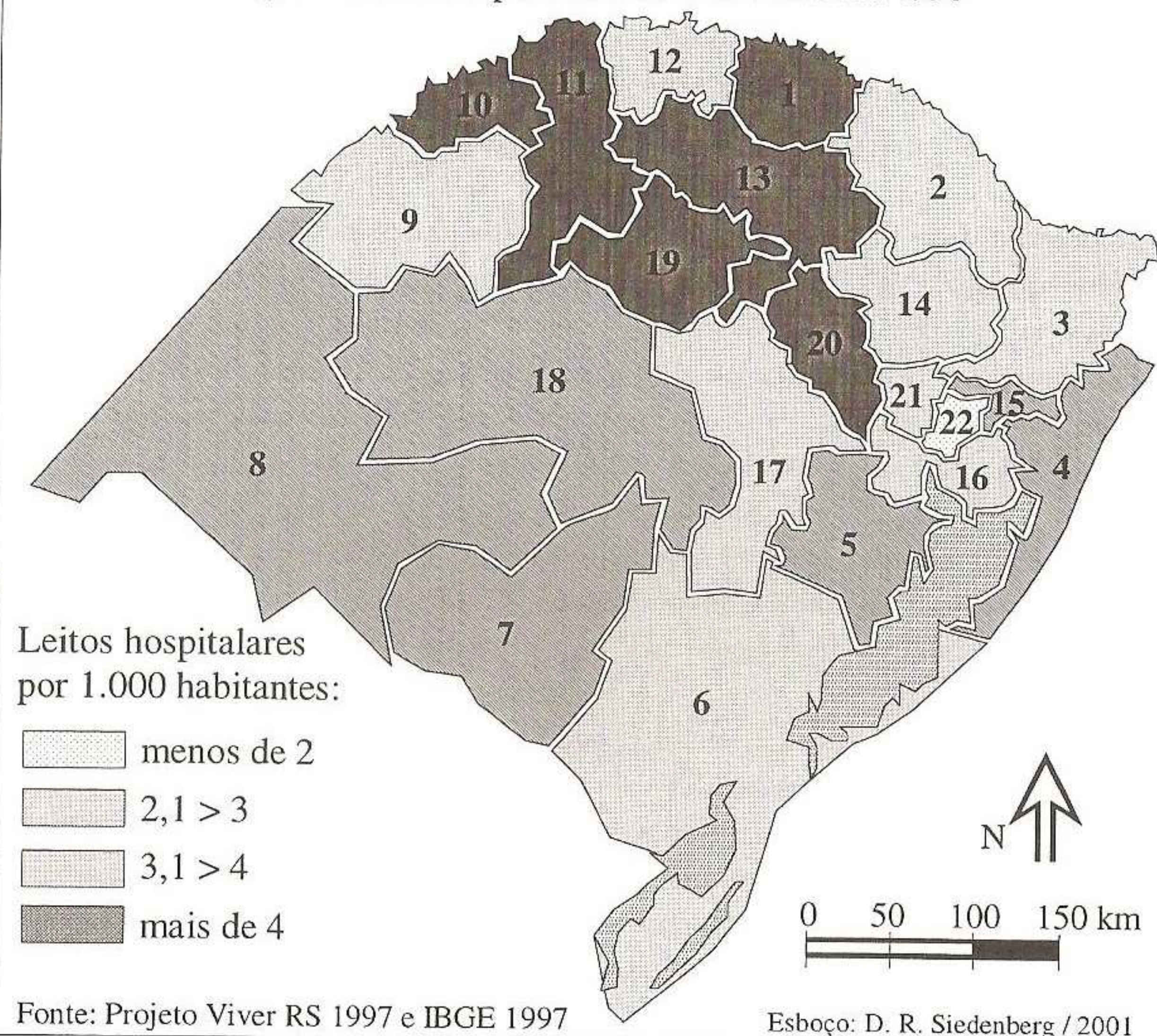
2.4 Leitos hospitalares

A quantidade de leitos hospitalares disponíveis em determinada região é um indicador quantitativo que aparece freqüentemente em estatísticas nacionais e internacionais. No entanto, a força de sua representação como indicador de desenvolvimento é relativizada, entre outros fatores, pelos aspectos qualitativos dos hospitais e do corpo clínico, ou seja, pela qualidade de suas capacidades técnicas e especialidades. Porém, a dificuldade de realizar uma classificação qualitativa decorre do fato que no sistema de saúde brasileiro atuam diferentes atores ao mesmo tempo, agindo de forma paralela ou complementar: ao lado de instituições públicas federais, estaduais e municipais, há os serviços oferecidos por agentes privados e por instituições filantrópicas, militares e comunitárias. Explica-se por aí a preferência na utilização do indicador quantitativo.

A distribuição dos leitos hospitalares no Rio Grande do Sul varia de 1,31 até 5,29 leitos por 1.000 habitantes nas regiões Vale do Sinos e Alto Jacuí, respectivamente (ver Figura 5). Estes dois valores extremos requerem uma explicação. A relativamente reduzida capacidade hospitalar no Vale do Sinos se explica pelo fato de ser esta a região de maior densidade populacional e, ao mesmo tempo, a menor em termos de superfície. Além disso, em função da grande mobilidade populacional que ocorre naquela área, é provável que em casos rotineiros e emergenciais sejam utilizados os hospitais localizados nos municípios circunvizinhos ou da capital. Por outro lado, a grande capacidade hospitalar no Alto Jacuí é decorrente da incorporação de dados estatísticos referentes aos hospitais militares supra-regionais instalados na região.

Ao observar a Figura 5 se evidencia o fato de que o norte do Estado está equipado com uma capacidade hospitalar superior à média estadual, enquanto que a parte sul do Estado (com exceção da região Sul, onde também há instituições militares de saúde) se equipara mais com a média nacional, ligeiramente inferior à média gaúcha. Também é interessante observar que a maior concentração espacial de leitos hospitalares se localiza no norte do Estado e praticamente fora do centro econômico e populacional gaúcho, que é a região abrangida pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Este fenômeno se explica, em grande parte, pela acentuada subdivisão territorial que se verifica no norte do Estado, onde diversos municípios ou comunidades criaram e mantêm serviços de saúde.

Fig. 5 – Leitos hospitalares nos COREDEs em 1996



Leitos hospitalares por 1.000 habitantes em 1996:

1- Norte 4,21	7- Campanha 2,92	13- Produção 4,30	19- Alto Jacuí 5,29
2- Nordeste 3,65	8- Fronteira Oeste 2,74	14- Serra 3,54	20- Vale Taquari 4,22
3- Hortênsias 3,17	9- Missões 3,63	15- V. Paranhana 2,03	21- Vale do Caí 3,54
4- Litoral 2,28	10- Front Noroeste 4,91	16- Metropolitana 3,35	22- Vale do Sinos 1,31
5- Centro Sul 2,63	11- Nor. Colonial 4,34	17- Vale Rio Pardo 3,24	-Rio Grande do Sul 3,10
6- Sul 3,71	12- Méd A Uruguai 3,94	18- Central 2,86	-Brasil 2,70

2.5 Mortalidade infantil

O índice de mortalidade infantil (número de óbitos registrados durante primeiro ano de vida por 1.000 nascidos vivos) é um indicador de desenvolvimento social muito utilizado e significativo, uma vez que nele estão embutidos, indiretamente, informações gerais sobre o estado de saúde das mães, mulheres e crianças, bem como sobre as condições de acesso da população às instituições de saúde.

Entre 1990 e 1995 a mortalidade infantil média registrada no Rio Grande do Sul foi de 19,3 óbitos, enquanto que no Brasil esta taxa foi de 43,11 óbitos por 1.000 nascidos vivos. A distribuição espacial da taxa média de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul precisa ser analisada em correlação com as instalações hospitalares existentes em cada região. Assim, de um modo em geral, foram registrados menores índices de mortalidade infantil na porção norte do Estado (ver Figura 6 e comparar com Figura 5).

Por outro lado, instituições militares de saúde pouco contribuem para melhorar as condições gerais de saúde da população, como fica evidenciado no exemplo das regiões Sul e Alto Jacuí: ambas têm uma capacidade hospitalar relativamente alta, mas a mortalidade infantil nestas regiões também é alta. É interessante observar ainda que as menores taxas de mortalidade infantil ocorrem de forma concomitante em duas regiões economicamente fortes (Serra e Vale do Caí) e em duas regiões economicamente fracas (Missões e Médio Alto Uruguai). Este fenômeno não tem uma resposta fácil. Considerando, porém, que a mortalidade infantil é um indicador onde transparecem os resultados de práticas profiláticas, de esclarecimentos sobre saúde e saneamento básico, bem como do acesso facilitado às instituições de saúde, podemos deduzir que estas taxas são, em boa parte, consequência de práticas e políticas locais de saúde e não têm relação direta com aspectos essencialmente econômicos.

Cabe lembrar também que desde o início dos anos 70 o índice de mortalidade infantil vem caindo continuamente no Rio Grande do Sul: de acordo com dados da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do RS¹¹, em 1973 ainda se registravam mais de 50 óbitos por 1.000 nascidos vivos; em 1980 este número diminuiu para 35 e desde o início dos anos 90 o índice médio de mortalidade infantil está abaixo de 20 casos.

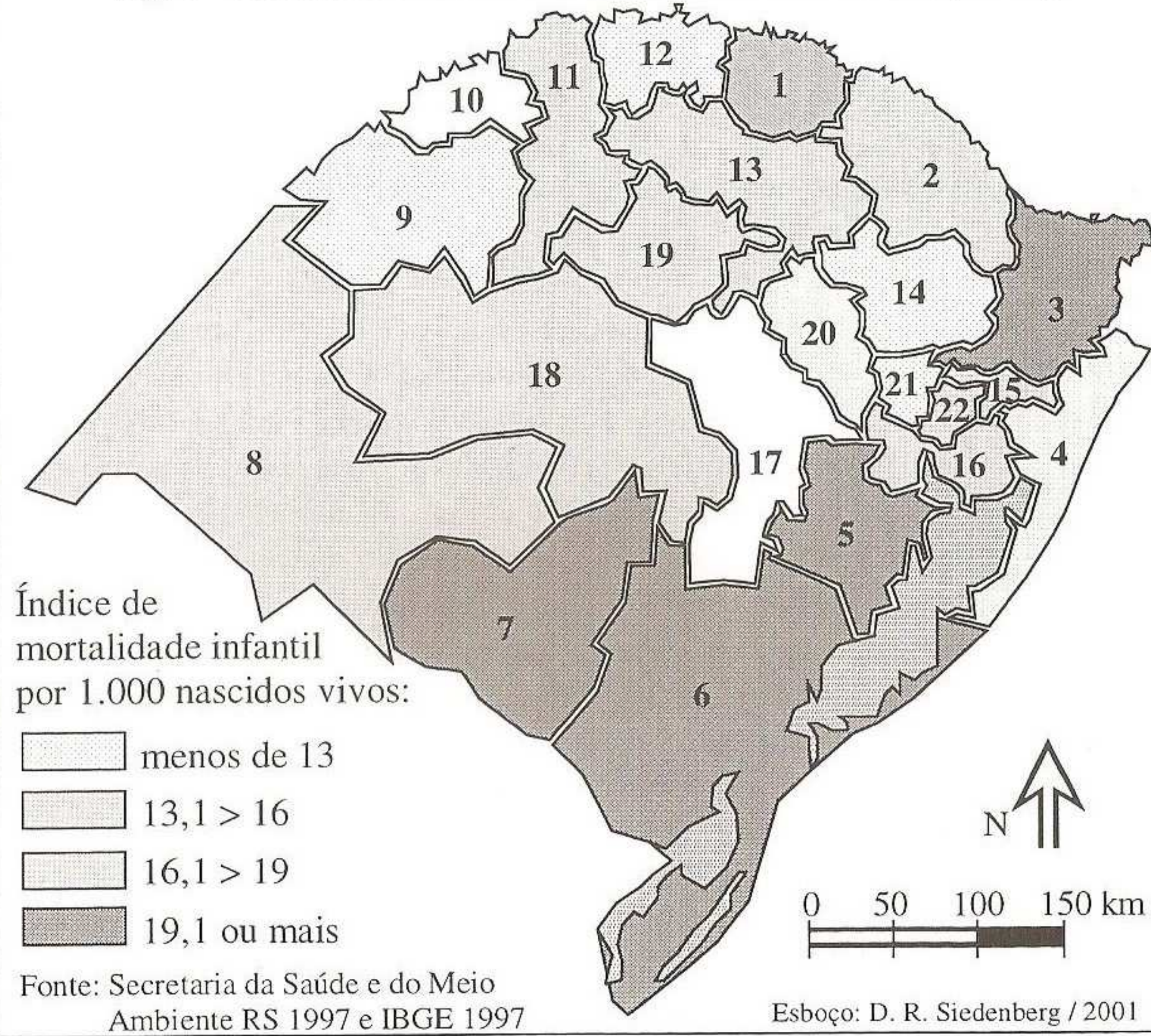
2.6 Índice de alfabetização

Na federação brasileira, o Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta os melhores índices de alfabetização do país: 90,4%¹². Tomando-se por referência o Brasil, pode-se afirmar que a situação do analfabetismo no Rio Grande do Sul é um problema de menor

¹¹ Ver Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente RS 1996.

¹² Segundo dados do IPEA 1996.

Fig. 6 – Mortalidade infantil nos COREDEs entre 1990-95 (média)



Índice de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, 1990-95:

1- Norte 14,4	7- Campanha 27,0	13- Produção 13,2	19- Alto Jacuí 16,8
2- Nordeste 13,5	8- Fronteira Oeste 15,1	14- Serra 10,2	20- Vale Taquari 14,1
3- Hortênsias 20,4	9- Missões 12,7	15- V. Paranhana 18,1	21- Vale do Caí 12,3
4- Litoral 13,3	10- Front Noroeste 13,6	16- Metropolitana 17,7	22- Vale do Sinos 16,2
5- Centro Sul 21,5	11- Nor. Colonial 13,7	17- Vale Rio Pardo 15,9	-Rio Grande do Sul 19,3
6- Sul 22,8	12- Méd A Uruguai 12,7	18- Central 18,1	-Brasil 43,11

importância e relativamente homogêneo: todas as 22 regiões analisadas apresentam um índice de alfabetização bem acima da média nacional, que é de 79,9%.

Considerando este refinamento da análise, que enfatiza disparidades em menos de 20 pontos percentuais, podemos observar (ver Figura 7) que as regiões do sudeste gaúcho e a região Médio Alto Uruguai apresentam os menores índices de alfabetização (menos de 84% da população). Um índice de alfabetização ligeiramente superior (entre 84 e 87% da população) é encontrado nas regiões Litoral, Nordeste e em todo o sudoeste gaúcho.

De uma maneira em geral, os maiores índices de alfabetização são verificados na metade norte do Estado, onde mais uma vez a acentuada divisão territorial desempenha um papel de destaque, já que a maior parte da educação básica é responsabilidade dos governos municipais.

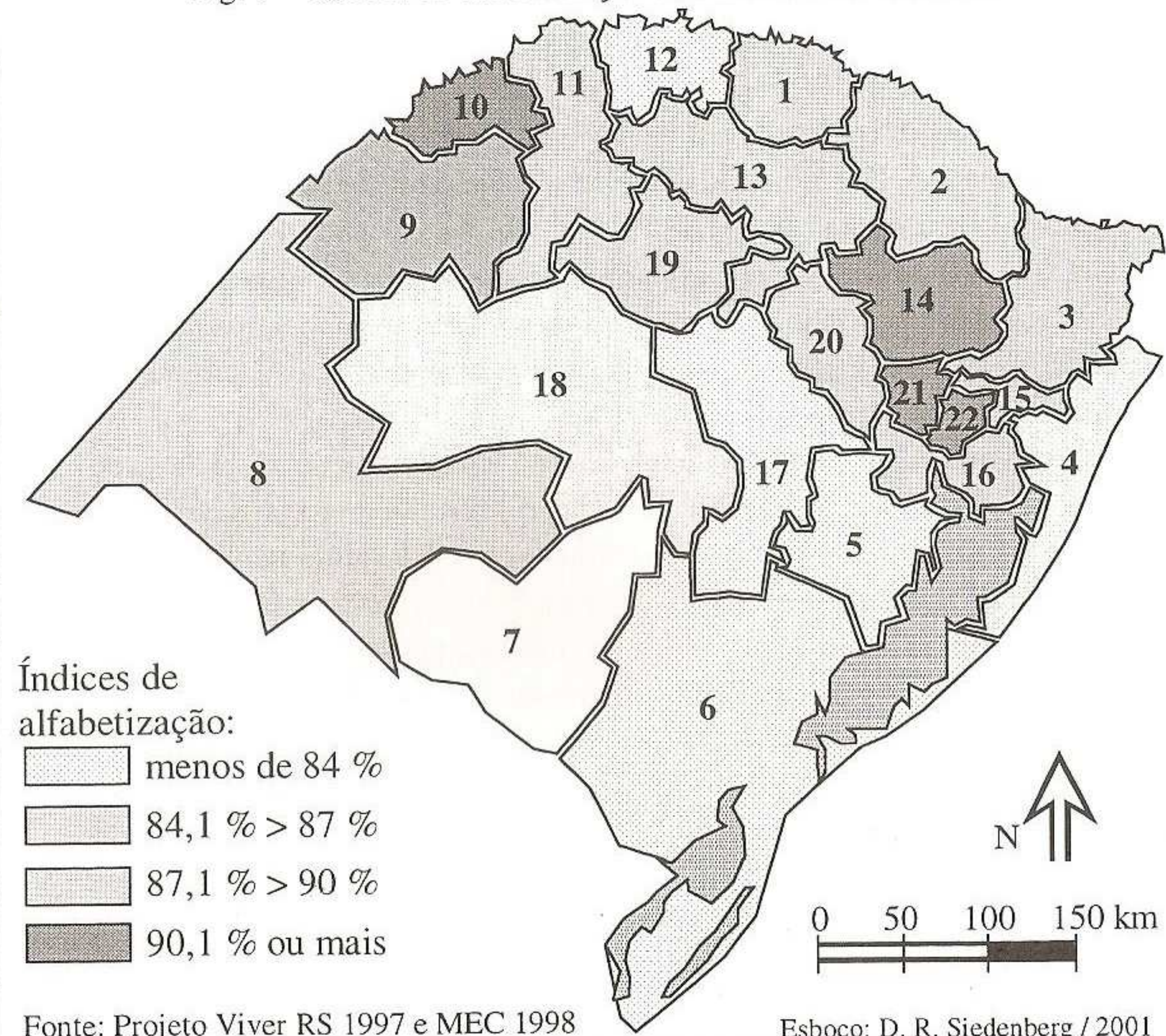
É bom lembrar que de alguns anos para cá o tema *analfabetismo* deixou de figurar entre os principais problemas sociais do Brasil e, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Mas, em seu lugar surgiram outros debates, relacionados direta ou indiretamente com o índice de alfabetização: merenda, repetência, evasão, obrigatoriedade e transporte escolar, a questão da dualidade e da qualidade do ensino público e privado, propostas pedagógicas inovadoras e ainda outros problemas levantados e debatidos nos meios políticos e acadêmicos, perpassando também a opinião pública e a mídia. Isto evidencia que na área da educação as preocupações atuais dos governantes têm maior relação com aspectos qualitativos do que quantitativos.

2.7 Índice de escolarização

Índices de escolarização são dados essencialmente quantitativos que fornecem alguns indícios sobre propostas e políticas de educação. Este dado indica o percentual de crianças em idade escolar que efetivamente estão matriculadas em instituições de ensino. Através de mudanças na legislação e com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Brasil abandonou o critério da idade escolar (7 a 14 anos) e implantou a obrigatoriedade escolar (primeira à oitava série). Com isto, o número de alunos matriculados no Brasil aumentou 18,5% entre 1991 e 1998. Mas, estas mudanças não resolveram um problema qualitativo: o problema dos elevados índices de repetência. De acordo com dados divulgados pelo MEC, 47% dos alunos matriculados em 1998 no ensino fundamental não estavam cursando a classe (ou série) correspondente à idade escolar.

No Rio Grande do Sul o ensino fundamental é de responsabilidade de quatro instituições diferentes quanto à natureza administrativa: do total de 1.738.014 alunos matriculados em 1996, 863 alunos (ou 0,05% do total) estavam matriculados em escolas públicas federais, 961.878 alunos (ou 55,34%) estavam matriculados em escolas públicas estaduais, 596.857 alunos (ou 34,34%) estavam matriculados em escolas

Fig. 7 – Índices de alfabetização nos COREDEs em 1996



Índices de alfabetização da população em 1996 (em %):

1- Norte 88,1	7- Campanha 85,3	13- Produção 87,4	19- Alto Jacuí 88,8
2- Nordeste 85,1	8- Fronteira Oeste 87,0	14- Serra 91,0	20- Vale Taquari 88,1
3- Hortênsias 88,2	9- Missões 85,8	15- V. Paranhana 89,4	21- Vale do Caí 93,6
4- Litoral 85,8	10- Front Noroeste 90,7	16- Metropolitana 88,8	22- Vale do Sinos 92,2
5- Centro Sul 83,4	11- Nor. Colonial 87,1	17- Vale Rio Pardo 81,3	-Rio Grande do Sul 90,4
6- Sul 82,4	12- Méd A Uruguai 82,4	18- Central 86,5	-Brasil 79,9

públicas municipais e 178.416 alunos (ou 10,27%) estavam matriculados em instituições privadas de ensino¹³.

Entre os Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul se destaca por pertencer ao grupo que, em geral, apresenta as melhores estatísticas escolares. Exatamente por este motivo, e considerando que os índices de repetência escolar vêm caindo, causa uma certa estranheza o fato de que quase 20% dos alunos gaúchos são reprovados ou evadem, isto é, simplesmente abandonam o estudo¹⁴, o que indica a existência de graves problemas de ordem qualitativa relacionados à educação.

Na Figura 8 são representados graficamente os índices de escolarização nas 22 regiões do Rio Grande do Sul. A escolarização média dos alunos em idade escolar no Rio Grande do Sul varia entre 86,5% até 95,3%. As regiões que apresentam os menores índices de escolarização (Norte, Vale do Paranhana, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e Vale do Caí) são caracterizadas pela existência de estruturas minifundiárias das propriedades agrícolas, onde o relevo acidentado exige técnicas intensivas de mão-de-obra não-qualificada e barata, que, em última análise, é a mão-de-obra familiar.

Mesmo que neste indicador também sejam analisados dados estatísticos de pequena amplitude (variações entre 86,5 e 95,3%), é possível perceber com relativa nitidez (ver Figura 8) duas situações espaciais diferenciadas: dividindo o Estado longitudinalmente em duas porções leste e oeste, se observa que na parte oeste a homogeneidade do índice de escolarização é maior e relativamente alta enquanto que na porção leste alternam-se índices altos, médios e baixos entre as regiões. No contexto dos dados levantados para este trabalho não foi encontrada uma explicação plausível para este fenômeno, que precisaria ser buscada em cada região.

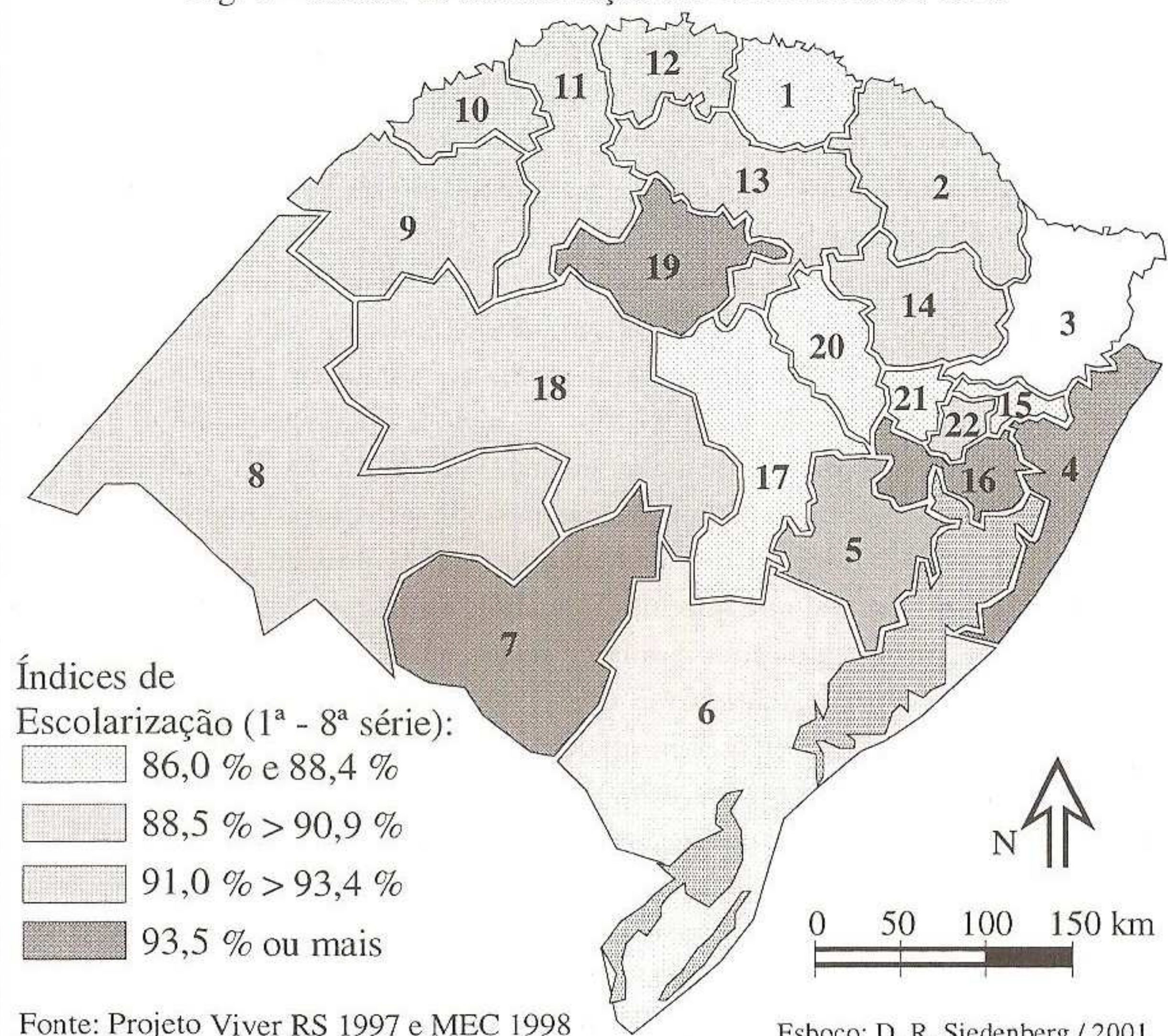
É necessário considerar ainda que os índices de escolarização das regiões se baseiam em dados municipais e, por este motivo, são dados médios. Isto significa que internamente (a nível municipal) serão encontradas, com grande probabilidade, variações ainda maiores, ocultadas pela média.

De acordo com dados divulgados pelo IPEA (1996), cada gaúcho frequenta, em média, os bancos escolares durante apenas 5,7 anos de sua vida. Existe uma expectativa oficial de que com os esforços envidados pelos governos federal, estadual e municipal e em função das diferentes medidas adotadas pelas comunidades, a situação na área da educação apresente gradativas melhoras a médio e longo prazo, tanto a nível quantitativo quanto qualitativo. Na falta de dados concretos, estas expectativas não passam de conjecturas otimistas.

¹³ Conforme dados da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO RS 1997.

¹⁴ Segundo dados da Secretaria de Coordenação e Planejamento RS 1997.

Fig. 8 – Índices de escolarização nos COREDEs em 1996



Fonte: Projeto Viver RS 1997 e MEC 1998

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Índices de escolarização na 1ª a 8ª série em 1996 (em %):

1- Norte 88,0	7- Campanha 93,7	13- Produção 90,9	19- Alto Jacuí 93,6
2- Nordeste 89,7	8- Fronteira Oeste 93,2	14- Serra 92,1	20- Vale Taquari 88,3
3- Hortênsias 90,2	9- Missões 92,2	15- V. Paranhana 86,5	21- Vale do Caí 86,9
4- Litoral 95,3	10- Front Noroeste 92,1	16- Metropolitana 94,6	22- Vale do Sinos 91,5
5- Centro Sul 89,1	11- Nor. Colonial 93,3	17- Vale Rio Pardo 86,7	-Rio Grande do Sul 91,0
6- Sul 89,9	12- Méd A Uruguai 90,5	18- Central 92,9	-Brasil sem indicação

2.8 Pobreza ou miséria

É evidente que em relação a um conceito tão polêmico quanto real e grave como o da pobreza ou miséria, estejam embutidas diferentes conotações e concepções. No caso do presente estudo são enquadradas na categoria miseráveis aquelas famílias cuja renda familiar mensal é inferior a 30% do salário mínimo.

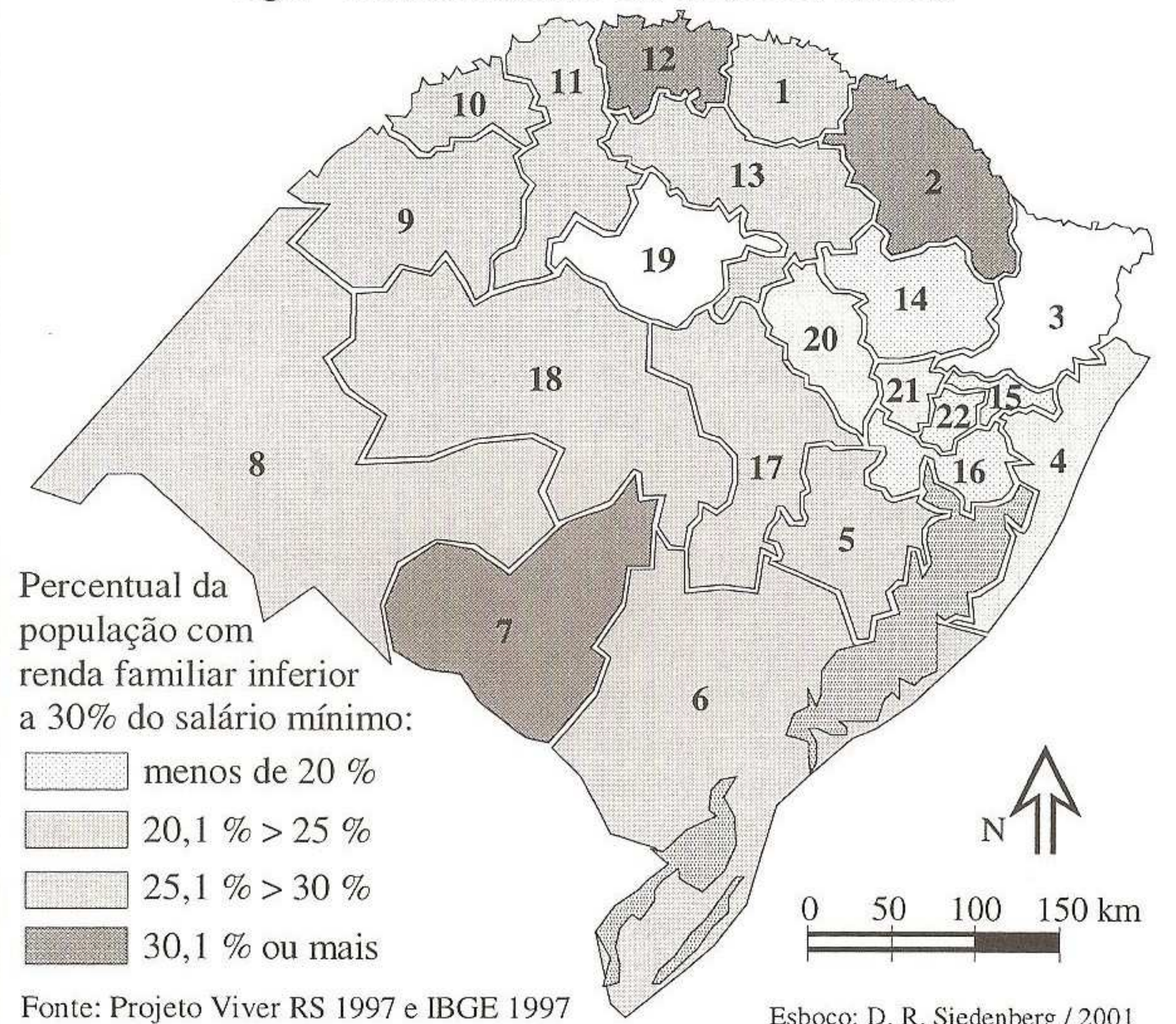
E aqui já estamos diante de um pequeno problema: nas estatísticas oficiais não são consideradas duas importantes fontes de renda da população. De um lado temos as rendas oriundas do trabalho informal, bastante comuns e cada vez mais significativas para a população urbana e, por outro lado, as estatísticas oficiais também ignoram boa parte da chamada economia de subsistência, bastante comum no meio rural. Via de regra as estatísticas oficiais consideram apenas as rendas provenientes de relações de trabalho legalmente formalizadas.

Assim, não surpreende o fato de que na maior parte das regiões do Rio Grande do Sul, mais de 25% da população seja considerada pobre ou miserável, isto é, teórica e oficialmente sobrevive com menos de 30% do valor de um salário mínimo mensal. Somente no entorno do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e na região Alto Jacuí encontramos índices de pobreza inferiores a 25% da população total (ver Figura 9).

Determinar até que ponto as rendas não declaradas, provenientes de atividades informais ou de subsistência, amenizam a realidade deste indicador, é uma tarefa quase impossível. Existem somente algumas poucas pesquisas sobre determinados segmentos do mercado informal, onde se comprova que algumas atividades propiciam uma renda familiar mensal bem superior à renda das pessoas regularmente empregadas e registradas.

Entre as 22 regiões analisadas e sob vários aspectos o Médio Alto Uruguai e o Vale do Sinos são dois extremos. Não apenas porque o índice de pobreza no Médio Alto Uruguai (31,3%) é quase 3 vezes mais alto que o índice de pobreza no Vale do Sinos (10,4%). As discrepâncias acentuadas entre as duas regiões também podem ser observadas em outros aspectos: no Médio Alto Uruguai são típicas as pequenas propriedades rurais e diversas aglomerações urbanas de pequeno porte, enquanto que no Vale do Sinos predomina a população urbana radicada em cidades de médio porte. Isto se reflete também na diferente densidade populacional verificada nas duas regiões: 35,9 habitantes / km no Médio Alto Uruguai e 804,5 habitantes / km no Vale do Sinos. E, finalmente, a enorme diferença na renda per capita das duas regiões, que praticamente representam os dois extremos.

Fig. 9 – Índices de miséria nos COREDES em 1996



Fonte: Projeto Viver RS 1997 e IBGE 1997

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Índices de miséria nas diversas regiões em 1996 (em %):

1- Norte 25,4	7- Campanha 30,7	13- Produção 26,7	19- Alto Jacuí 21,7
2- Nordeste 30,1	8- Fronteira Oeste 27,1	14- Serra 19,2	20- Vale Taquari 23,7
3- Hortênsias 23,9	9- Missões 28,4	15- V. Paranhana 19,8	21- Vale do Caí 22,4
4- Litoral 24,3	10- Front Noroeste 26,5	16- Metropolitana 14,0	22- Vale do Sinos 10,4
5- Centro Sul 26,5	11- Nor. Colonial 29,7	17- Vale Rio Pardo 29,0	-Rio Grande do Sul 24,9
6- Sul 27,9	12- Méd A Uruguai 31,3	18- Central 29,7	-Brasil 30,2

3 AVALIAÇÃO CONJUGADA DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1 Algumas de questões metodológicas

Não faria muito sentido continuar abordando uma infinidade de diferentes indicadores de desenvolvimento regional sem fazer, em algum momento, uma análise geral da situação. O estudo propõe, portanto, uma avaliação que conjuga os diferentes indicadores abordados, com o objetivo de quantificar estatisticamente e representar graficamente o desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe lembrar que poderiam ter sido considerados ainda outros indicadores, complementando ou substituindo os indicadores aqui escolhidos. Cada mudança implicaria numa mudança do cenário geral. Mas, é necessário considerar que toda análise que se baseia em indicadores é - e sempre será - apenas uma representação parcial de uma realidade muito complexa.

Assim, a complexidade da realidade gaúcha será analisada pela ótica de seis indicadores universalmente aceitos, que quantificam de forma relativa as principais disparidades regionais existentes no Rio grande do Sul: são disparidades que, como visto, dizem respeito à renda per capita, ao índice de pobreza existente, à infraestrutura hospitalar básica, ao acesso aos meios de saúde, à taxa de alfabetização e ao nível de escolarização, todos relacionados com a população de cada região.

Deve-se considerar que o peso atribuído a cada indicador e o método de cálculo tem influência direta sobre qualquer listagem que se faça. Há diferentes possibilidades de se fazer esta avaliação conjugada. Neste estudo será utilizado o método consagrado pela ONU na determinação do IDH. O procedimento é relativamente simples: equipara-se com o índice 1 um parâmetro desejável para cada indicador e verifica-se então a posição relativa do indicador regional em relação a este parâmetro desejado. Por exemplo: se o parâmetro desejado para a renda per capita é equivalente a US \$ 10.000,00 e uma região apresenta uma RPC de US \$ 5.432,00 o seu índice relativo será 0,543.

Uma vez definidos os indicadores, torna-se necessário estabelecer os parâmetros. A escolha dos parâmetros para cada indicador de desenvolvimento é uma questão particular. Neste contexto, o bom senso, médias estatísticas, parâmetros nacionais e internacionais, valores, objetivos ou situações desejadas, ou ainda, a própria realidade e as condições locais desempenham um papel fundamental.

O Quadro 2 relaciona os seis indicadores escolhidos, os respectivos parâmetros e apresenta uma justificativa sumária sobre o valor atribuído a cada um deles.

Quadro 2: Indicadores selecionados para análise do desenvolvimento regional, parâmetros estipulados e justificativa para o valor atribuído

Indicador	Equiparação com índice 1	Justificativa
Renda per capita	US \$ 10.000,00 por ano	Não há um parâmetro universal para determinar qual é uma renda per capita 'ideal'. A premissa básica do ' <i>quanto mais, melhor</i> ' certamente é válida, mas esbarra nas restrições naturais existentes entre o possível e o desejável. Como a região Serra apresentou uma renda per capita de US \$ 9.711,10 em 1996 e este valor está bem acima da média estadual e nacional, foi tomado como índice 1 o valor de US \$ 10.000,00.
Leitos hospitalares	5 leitos por grupo de 1.000 habitantes	A Organização Mundial da Saúde estipula que uma relação ideal seria de quatro leitos por 1.000 habitantes. Mas, como em seis regiões gaúchas este parâmetro é superado, o índice 1 foi equiparado com 5 leitos / 1.000 habitantes.
Mortalidade infantil	máximo de 10 óbitos (durante o primeiro ano de vida) por 1.000 nascidos vivos	O objetivo de erradicar completamente a mortalidade infantil não é alcançado sequer nos chamados países de primeiro mundo, por motivos puramente naturais. Nos 15 países da União Européia a mortalidade infantil média é de 5,6 óbitos por 1.000 nascidos vivos, enquanto que no Brasil este índice é muito superior: 30,6. No Rio Grande do Sul a situação varia drasticamente de um município para outro. Como o índice médio da região Serra é o menor de todos (10,2), tomou-se o índice 10 como parâmetro ideal.
Alfabetização	100% da população	Mesmo que na prática seja impossível atingir esta meta em função de fatores naturais como, por exemplo, a deficiência mental (mesmo no Canadá, o país com o maior índice de alfabetização, apenas cerca de 96% da população é alfabetizada), tomou-se a totalidade como parâmetro desejável.
Escolarização	100% dos alunos	A justificativa para a determinação deste parâmetro é praticamente idêntica ao caso anterior. Além disso, deve-se levar em consideração que um valor exato facilita o cálculo.
Miséria	no máximo 10% da população com renda familiar de até 30% do salário mínimo	Desconsiderando a situação hipotética onde todos têm uma renda exatamente igual, em todos os demais casos sempre haverá os que ganham menos e os que ganham mais. Como a região Vale do Sinos apresentou o menor índice de miséria (10,4%) entre todas as demais regiões do Estado, foi tomado como índice desejável (= 1) um máximo de 10% da população vivendo nestas condições.

Fonte: estipulado pelo autor

Para obter o índice (composto) de desenvolvimento regional relativo aos aspectos abordados, basta fazer então uma média aritmética simples dos índices alcançados em cada região com cada indicador. A determinação de um peso específico para os indicadores depende, basicamente, daquilo que se pretende demonstrar, priorizar ou ressaltar. Isto também é uma questão muito relativa ou particular pois, o que é melhor para alguns, pode não ser necessariamente o melhor para outros. Uma renda per capita alta é mais importante do que um índice de mortalidade infantil baixo? É mais importante saber todo mundo alfabetizado ou é melhor ter ninguém enquadrado na faixa de pobreza? Este estudo não busca respostas nem responde a estas questões. Parte apenas do pressuposto de que se alguma região consegue apresentar um ótimo indicador de desenvolvimento em determinada área, as demais regiões também poderiam (ou deveriam procurar) alcançar este patamar.

3.2 Explicitação dos índices de desenvolvimento

No presente estudo não é feita nenhuma distinção valorativa entre os seis indicadores abordados, ou seja, todos têm o mesmo peso específico. Assim, o índice (composto) de desenvolvimento regional apresentado na Tabela 3 para cada uma das 22 regiões do Estado do Rio Grande do Sul, nada mais é do que uma média aritmética simples relativa aos índices dos indicadores socioeconômicos abordados.

A Tabela 3 sintetiza os números-índice de cada região em relação aos seis indicadores de desenvolvimento socioeconômico anteriormente apresentados, calculados de acordo com a metodologia acima explicitada, apresentando ainda uma classificação das regiões de acordo com o índice médio obtido.

A Figura 10, apresentada mais adiante, sintetiza graficamente a distribuição espacial daquilo que neste estudo foi convencionado chamar de desenvolvimento regional, ou seja, se admitirmos que é possível interpretar desenvolvimento regional pela análise de seis diferentes disparidades socioeconômicas e de sua quantificação relativa, então é possível determinar e visualizar onde se localizam as regiões mais desenvolvidas do Estado.

Além disso, a análise permite também que cada região identifique com muita clareza em que área de ação se localizam as suas principais deficiências e indica que medidas e projetos deveriam ser acionados prioritariamente para elevar o nível de qualidade de vida a um patamar mais uniforme.

Tabela 3: Índices dos indicadores de desenvolvimento regional dos COREDES no RS

REGIÕES	Renda per capita	Leitos hospitalares	Mortalidade infantil	Índice de alfabetização	Índice de escolaridade	Índice de Pobreza	Soma	Índice médio de desenvolvimento	Posição
Serra	0,971	0,708	0,980	0,910	0,921	0,520	5,010	0,835	1
Vale dos Sinos	0,746	0,262	0,617	0,922	0,915	0,961	4,423	0,737	2
Alto Jacuí	0,542	1,000	0,595	0,888	0,936	0,460	4,421	0,737	3
Metropolitana	0,603	0,670	0,565	0,888	0,946	0,714	4,386	0,731	4
Vale do Rio Taquari	0,645	0,844	0,709	0,881	0,883	0,422	4,384	0,730	5
Vale do Rio Caf	0,603	0,708	0,813	0,936	0,869	0,446	4,375	0,729	6
Fronteira Noroeste	0,357	0,982	0,735	0,907	0,921	0,377	4,279	0,713	7
Produção	0,479	0,860	0,757	0,874	0,909	0,374	4,253	0,709	8
Norte	0,423	0,842	0,694	0,881	0,880	0,394	4,114	0,686	9
Noroeste Colonial	0,363	0,868	0,730	0,871	0,933	0,337	4,102	0,684	10
Vale do Rio Paranhana	0,723	0,406	0,552	0,894	0,865	0,505	3,945	0,657	11
Missões	0,263	0,726	0,787	0,858	0,922	0,352	3,908	0,651	12
Nordeste	0,308	0,730	0,741	0,851	0,897	0,332	3,859	0,643	13
Vale do Rio Pardo	0,540	0,648	0,629	0,813	0,867	0,345	3,842	0,640	14
Médio Alto Uruguai	0,176	0,788	0,787	0,824	0,905	0,319	3,799	0,633	15
Hortênsias	0,449	0,634	0,490	0,882	0,902	0,418	3,775	0,629	16
Fronteira Oeste	0,354	0,548	0,662	0,870	0,932	0,369	3,735	0,622	17
Litoral	0,281	0,456	0,752	0,858	0,953	0,411	3,711	0,618	18
Sul	0,350	0,742	0,438	0,824	0,899	0,358	3,611	0,602	19
Central	0,300	0,572	0,552	0,865	0,929	0,337	3,555	0,593	20
Centro Sul	0,370	0,526	0,465	0,834	0,891	0,377	3,463	0,577	21
Campanha	0,382	0,584	0,370	0,853	0,937	0,326	3,452	0,575	22

Fontes: cálculos baseados em dados do IBGE 1996; KLERING 1997; PROJETO VIVER RS 1997; SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE RS 1997; MEC 1998.

4 CONCLUSÃO

Se tomarmos os dados regionais sintetizados na Tabela 3 como base para a conclusão da análise, vamos constatar uma série de aspectos, cujas relações e ilações certamente não serão esgotadas neste trabalho.

Em primeiro lugar ficou evidenciado que no Rio Grande do Sul, um Estado que frequentemente é apresentado e também se apresenta como um dos mais desenvolvidos do Brasil, persistem grandes, enormes disparidades socioeconômicas internas: há regiões que apresentam uma renda per capita cinco vezes superior a outras (por exemplo, Serra e Médio Alto Uruguai); na infraestrutura hospitalar básica, que se refere à disponibilidade de leitos hospitalares, também há grandes diferenças entre algumas regiões (Alto Jacuí e Vale do Paranhana ou Litoral); os índices de mortalidade infantil variam muito entre algumas regiões (Campanha e Serra, por exemplo) e a nível de municípios provavelmente se constatarão discrepâncias ainda maiores. E ainda, em algumas regiões o número de pessoas que sobrevivem na miséria é relativamente baixo (sic) enquanto que em outras regiões quase 1/3 da população se enquadra nesta faixa (como é o caso das regiões Vale do Sinos e Médio Alto Uruguai, respectivamente).

Se observarmos o índice médio de desenvolvimento que cada região alcançou, vamos constatar que todas as regiões se enquadram numa faixa que varia de 0,575 (Campanha) até 0,835 (Serra). Isso mostra que mesmo a região mais desenvolvida do Estado, ou seja, a região Serra, apresenta necessariamente algumas disparidades consideráveis em relação aos parâmetros estabelecidos; caso contrário o seu índice médio seria mais elevado. A Tabela 3 evidencia que nesta região as principais disparidades socioeconômicas estão relacionadas com a infraestrutura hospitalar e com a grande parcela da população serrana enquadrada na faixa de pobreza. E isso apesar da região apresentar, com folga, a maior renda per capita entre as demais, o que indica uma alta concentração ou também má distribuição da renda.

Por outro lado, quando uma alta renda per capita é reflexo de um intenso nível de atividades econômicas, há ganhos de escala para a região que acabam refletindo positivamente em outras áreas que afetam a qualidade de vida. Por decorrência, verifica-se que o estigma que relaciona renda per capita e desenvolvimento tem razão de ser: pode-se observar nitidamente nos dados da Tabela 3 que, via de regra, as regiões mais desenvolvidas têm maior renda per capita e as regiões menos desenvolvidas tem menor renda per capita. Porém, há exceções: uma baixa renda per capita não significa necessariamente um indicador de péssimo desenvolvimento socioeconômico ou de uma baixa qualidade de vida, pois a relativização deste indicador num contexto mais abrangente ameniza a situação, como pode ser observado no exemplo da região Missões, cujo índice de RPC é 0,263 e, apesar disso, esta região alcança o índice médio de desenvolvimento de 0,651, o que a situa numa posição intermediária do ranking. Outro exemplo é o Médio

Alto Uruguai, que detém a renda per capita mais baixa entre todas as regiões do Estado mas, na análise conjugada dos indicadores, passa à frente de regiões cuja RPC é duas vezes maior.

Outro aspecto relacionado à faixa onde se enquadram os índices médios de desenvolvimento regional está relacionado com as classes (ou sub-faixas): com exceção da diferença entre a região da Serra (primeira colocada) e o Vale do Sinos (segunda colocada), a diferença entre todas as demais regiões é relativamente pequena e decai de maneira uniforme. Isto significa que a região Serra está num patamar de desenvolvimento muito superior às demais regiões¹⁵, o que se deve ao bom desempenho em cinco dos seis indicadores analisados.

Também é possível constatar na Tabela 3 que tanto os indicadores econômicos (RPC e miséria) quanto os indicadores da saúde (leitos hospitalares e mortalidade infantil) apresentam variações muito acentuadas entre as regiões (os respectivos índices variam entre 0,176 e 1,000), enquanto que os índices na área da educação são relativamente homogêneos em todas as regiões (variando entre 0,800 e 1,000). Daí se conclui que a educação desempenha um papel de fundamental importância na harmonização socioeconômica regional gaúcha.

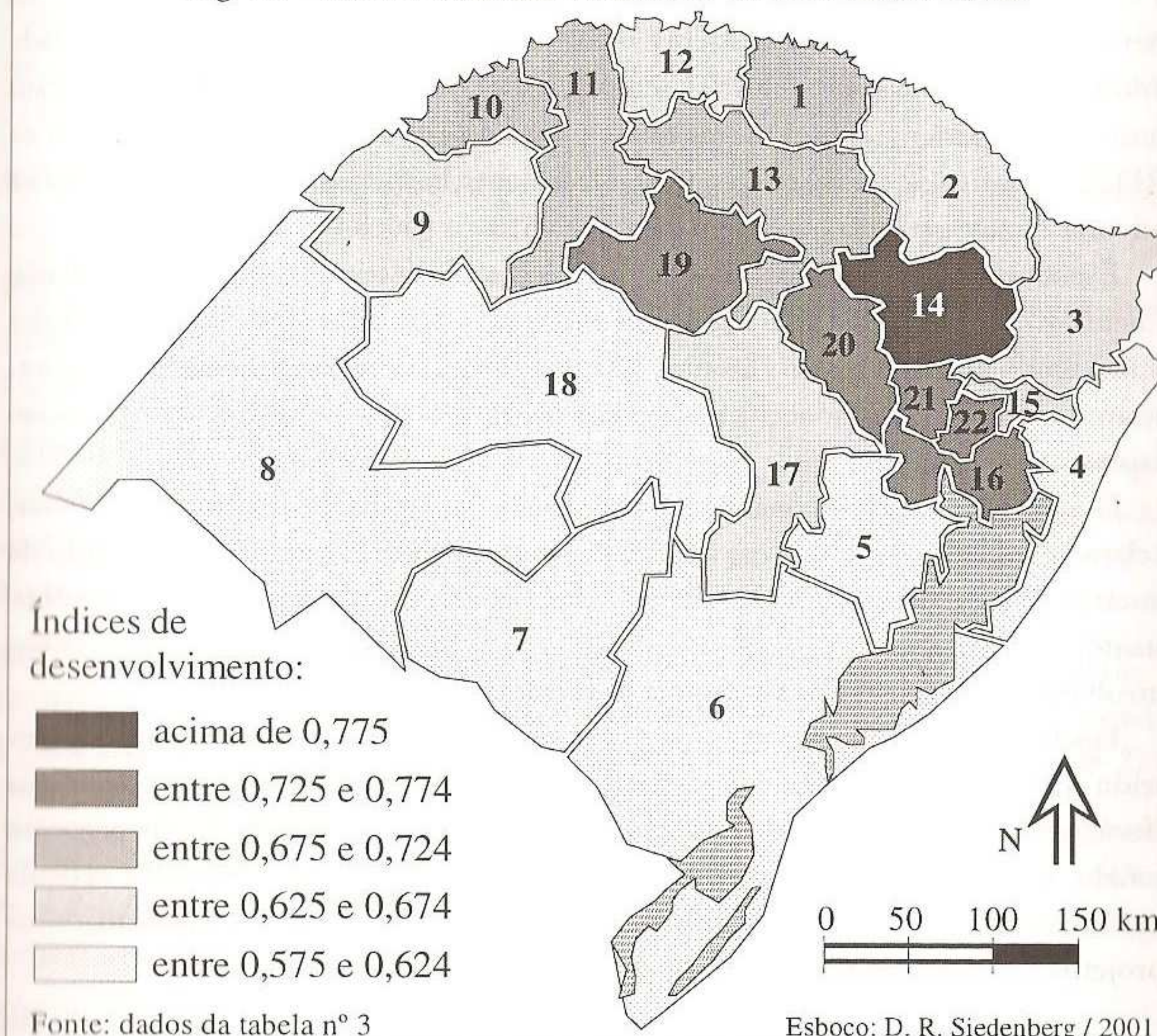
Se analisarmos a distribuição espacial dos índices de desenvolvimento das regiões (ver Figura 10) visualizaremos, além da isolada posição de destaque da região Serra, uma concentração de regiões mais desenvolvidas num eixo que se estende da região metropolitana ao noroeste do Estado. Também é nítida a tão propalada diferença entre o norte e o sul do Estado, ou seja, é visível a diferença entre os índices de desenvolvimento de regiões na campanha gaúcha em comparação aos índices de desenvolvimento das regiões localizadas no planalto riograndense.

Finalmente, cabe lembrar que o desenvolvimento regional é influenciado diretamente pelas políticas e estratégias, pelas ações e resultados que se verificam a nível local. Porém, o papel do estado (governos federal e estadual) na condução do processo de desenvolvimento não pode ser relativizado: em muitas regiões as principais disparidades se concentram numa área onde a influência do poder local é muito reduzida ou praticamente inexistente (geração de emprego e renda, por exemplo).

Este estudo demonstrou que onde o desenvolvimento social depende em boa parte de ações político-administrativas a nível local (como, por exemplo, a alfabetização e a escolarização da população), a comunidade e as regiões têm dado conta do recado e apresentam bons desempenhos.

¹⁵ Isto também é comprovado quando se constata que a diferença dos índices da primeira para a segunda colocada no ranking (Serra - Vale dos Sinos) atinge quase 0,100 pontos, enquanto que o total da diferença dos índices da segunda para a vigésima segunda colocada (Vale do Sinos - Campanha) é de apenas 0,162 pontos.

Fig. 10 – Índices de desenvolvimento no Rio Grande do Sul



Fonte: dados da tabela nº 3

Esboço: D. R. Siedenberg / 2001

Índices de desenvolvimento dos COREDES:

1- Norte 0,686	7- Campanha 0,573	13- Produção 0,709	19- Alto Jacuí 0,737
2- Nordeste 0,643	8- Fronteira Oeste 0,622	14- Serra 0,835	20- Vale Taquari 0,730
3- Hortênsias 0,629	9- Missões 0,651	15- V. Paranhana 0,657	21- Vale do Caí 0,729
4- Litoral 0,618	10- Front Noroeste 0,713	16- Metropolitana 0,731	22- Vale do Sinos 0,737
5- Centro Sul 0,577	11- Nor. Colonial 0,684	17- Vale Rio Pardo 0,640	-Rio Grande do Sul sem indicação
6- Sul 0,602	12- Méd A Uruguai 0,633	18- Central 0,593	-Brasil sem indicação

O estudo demonstra ainda que o tema *desenvolvimento regional* continua mais atual e importante do que nunca. Mesmo no 'desenvolvido' Rio Grande do Sul, há inúmeras discrepâncias regionais a serem equalizadas e tanto o governo quanto a sociedade dão mostras de que o assunto é levado muito a sério: doutra forma, como se explicam as constantes experiências inovadoras que vêm sendo adotadas e discutidas? Tanto os COREDEs quanto a discussão em torno do Orçamento Participativo são demonstrações inequívocas da importância que a temática tem entre os gaúchos.

É evidente que a questão da gestão do processo de desenvolvimento regional não pode nem deve ser reduzida à catalogação dos interesses e das necessidades de comunidades e grupos, tendo em vista terem eles uma visão fragmentada e uma postura interesseira, da mesma forma que já não se aceita mais uma gestão centralizada e arbitrária do processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento regional pressupõe, além de condições externas favoráveis, uma clara formulação de objetivos, a aplicação conseqüente de estratégias, a fixação de parâmetros para mensuração de resultados e uma constante avaliação do desempenho. Enquanto estas condições não são atendidas, é fácil enquadrar qualquer ação como desenvolvimento, mesmo que na prática os resultados sejam inócuos.

Finalmente, o conceito de desenvolvimento regional também não pode ser reduzido apenas à coleta, cálculo e apresentação de indicadores sociais ou econômicos de diferentes municípios e regiões. Desenvolvimento regional é, sobretudo, um processo demorado, dirigido e dinâmico de mudanças socioeconômicas que combina e articula necessidades, objetivos e interesses comuns de uma ou mais regiões, transformando-os em projetos exequíveis e resultados tangíveis.

BIBLIOGRAFIA

- BASTER, N. *Measuring Development. The Role and Adequacy of Development Indicators*. London, 1972.
- BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí [1997: Coleção Ciências Sociais – UNIJUÍ], 1962.
- CORAG. Guia das Repartições – Municípios do RS. 18. ed. Porto Alegre, 1997.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Ano LV, Edição de 16.09.97. Porto Alegre, 1997.
- IBGE. *Censo demográfico 1991*. Rio de Janeiro. [CD-Rom], 1996.
- _____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese dos Indicadores. Rio de Janeiro. [CD-Rom], 1997.

- IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996*. Rio de Janeiro, 1996.
- KAUL, I. Der Index der menschlichen Entwicklung. Die Initiative des Entwicklungsprogramms der Vereinten Nationen. In: *E+Z Entwicklung und Zusammenarbeit* 37 (11), 1996, p. 298-300.
- KLERING, L. R. *Análise do Desempenho dos Municípios do RS em 1996*. Porto Alegre. [manuscrito], 1996.
- KLINGEBIEL, S. Entwicklungsindikatoren in der politischen und wissenschaftlichen Diskussion. In: *Institut für Entwicklung und Frieden* (Hrsg.): INEF-Report, Heft 2. Duisburg, 1992.
- LEIPERT, Ch.; SIMONIS, U. E. Sozialindikatoren und Entwicklungsplanung. In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Hrsg.): *Handbuch der Dritten Welt: Unterentwicklung und Entwicklung: Theorien, Strategien, Indikatoren*. Band 1, 2. Aufl. p. 432-450. Hamburg, 1982.
- MCGRANAHAN, D. Entwicklungsindikatoren und Entwicklungsmodelle. In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Hrsg.): *Handbuch der Dritten Welt 1 – Theorien und Indikatoren der Unterentwicklung und Entwicklung*. Hamburg, 1974, p. 208-221.
- _____. et alii. Methodologische Probleme bei Selektion und Analyse von Indikatoren für sozioökonomische Entwicklung. In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Hrsg.): *Handbuch der Dritten Welt – Unterentwicklung und Entwicklung: Theorien, Strategien, Indikatoren*. Band 1, 2. Aufl. Hamburg, 1982, p. 414-431.
- MILES, I. *Social Indicators for Human Development*. London, 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Promoção, repetência e evasão no ensino fundamental. Brasília, 1998. [INEP / SEEC / LNCC]
- NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Hrsg.). *Handbuch der Dritten Welt*. Band 1: Grundprobleme, Theorien, Strategien. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.
- PLURAL COMUNICAÇÃO. A arrancada gaúcha. In: *Amanhã Economia e Negócios*, Ano XII (129). Encarte especial. Porto Alegre, p. 1-30, 1998.
- PROJETO VIVER RS. A qualidade de vida no Rio Grande. In: *Zero Hora*; RBS, Ano 34 (11.808-11.812), 15-19.12.97. Encartes especiais. Porto Alegre, 1997.
- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO RS. Quadro de interação entre projetos COREDES e programação do setor público para 1997. Porto Alegre, 1996. [Listagem de computador]

_____. Projeto RS 2010. Núcleo Educação. *Texto para discussão*. Porto Alegre, 1997.

SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE RS. *Estatísticas de Saúde: estatísticas de nascimento*. SINASC 1995. Porto Alegre, 1996.

_____. *Estatísticas da Saúde*. Mortalidade 1996. Volume 22. Porto Alegre, 1997.

SEERS, D. Was wollen wir messen? In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Hrsg.): *Handbuch der Dritten Welt 1 – Theorien und Indikatoren der Unterentwicklung und Entwicklung*. Hamburg, 1974, p. 222-238.

UNITED NATIONS. *Handbook of Social Indicators*. New York, 1989.

_____. *Human Development Report*. New York, 1990-1999.